



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2004

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	3
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	5
A) Economia Internacional	5
B) Economia Nacional	9
C) Economia Regional	11
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS	
REGIONAIS	20
A) Sector Público Administrativo	20
B) Sector Público Empresarial Regional	28
C) Administração Local	43
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	46
A) Orçamento da Receita	47
B) Orçamento da Despesa	54
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	62
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	70
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	72
A) Dívida Directa	72
B) Dívida Indirecta	73



QUADROS SÍNTESES

QUADRO I - Síntese das Contas da R.A.A.	76
QUADRO II - Receita Total	77
QUADRO III - Despesa Total	78
QUADRO IV - Estrutura Orçamental da Receita	79
QUADRO V – Estrutura Orçamental da Despesa	80



I – INTRODUÇÃO

A proposta de orçamento para o ano de 2004, foi elaborada tendo em consideração a actual situação económica – financeira nacional e internacional, que se pode considerar quase de recessão, embora e ainda de forma muito tímida, alguns indicadores económicos começam a inverter o seu sentido.

Para além deste contexto já de si difícil, há ainda que considerar a limitação ao endividamento por parte desta Região imposta na proposta de Orçamento de estado para 2003 e novamente mantida para 2004.

Apesar desta realidade e de um certo clima de incerteza, a proposta de orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2004, apresenta um acréscimo, embora não muito significativo, relativamente ao orçamento revisto para o corrente ano. Este acréscimo verifica-se essencialmente nas despesas do plano de investimentos, fruto de um grande esforço por parte do Governo Regional em prosseguir com uma política de contenção das despesas de funcionamento.

Relativamente às receitas orçamentadas, sobretudo no que diz respeito às receitas fiscais, o Governo Regional empenhou-se na criação de um Grupo de Trabalho, incluindo técnicos da administração fiscal do Ministério das Finanças e das duas Regiões Autónomas, destinado a aprofundar a forma e os procedimentos utilizados pela administração fiscal para proceder ao apuramento e transferência das receitas fiscais geradas nas respectivas Regiões, para analisar se os mesmos estavam correctos ou se era necessário introduzir melhorias nos mesmos. O grupo de trabalho



que estuda actualmente esta matéria, está com os trabalhos bastante avançados, esperando-se mesmo que antes do final do corrente ano sejam apresentadas as conclusões, estando já assente que, em alguns impostos, nomeadamente, no Imposto sobre o Rendimento, no Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas e no Imposto de Selo, a Região não está, actualmente, a receber a totalidade da receita a que tem direito.

Salienta-se, ainda, no que se refere às transferências do orçamento de estado, a atribuição de uma verba de apenas 20 milhões de euros destinada à reconstrução das ilhas do Faial e do Pico, quando era expectativa do Governo Regional receber 25,2 milhões de euros, montante este que corresponderia ao compromisso assumido pelo Governo da Republica de financiar em 60% o custo da reconstrução até 2006.

A presente proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas.

Também, e pela primeira vez, é apresentado um relatório síntese do orçamento consolidado do sector público administrativo regional, salientando-se uma vez mais o esforço que o Governo Regional tem vindo a fazer numa tentativa de melhoria constante dos documentos apresentados.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) Situação da Economia Internacional

A evolução da economia internacional no quadriénio 2001-2004, caracteriza-se pela desaceleração da actividade económica e pela projecção de uma retoma que tarda a evidenciar sinais claros e sustentados de inversão de sentido do ciclo económico, principalmente no espaço económico mais próximo, correspondente à União Europeia.

Após um período de crescimento económico nos últimos anos da década de noventa, os ajustamentos na conjuntura internacional têm sido agravados por factores de natureza geopolítica e psicológicos, que têm minado a confiança dos agentes económicos. A persistência de instabilidade política em alguns espaços, a guerra no golfo, o receio do alastramento de acções de terrorismo e ainda o fenómeno das epidemias, entre outros, têm provocado instabilidade nos mercados, aumento de desemprego, volatilidade do preço do petróleo, retracção no consumo das famílias e adiamento das intenções de investimento das empresas, atrasando a desejada retoma económica.

As medidas de política económica e financeira prosseguidas pelas principais economias mundiais traduzem-se no essencial em políticas orçamentais mais generosas e em cortes sucessivos nas taxas de juro. Porém, no caso dos Estados Unidos, o expansionismo monetário e fiscal, embora tenha contrariado uma perspectiva de recessão acentuada, provoca um forte desequilíbrio das contas com o



exterior, fragiliza o equilíbrio orçamental e a oscilação do valor da divisa americana. Na Europa comunitária, o espaço de manobra dos decisores de política económica está limitado pelos compromissos assumidos no contexto dos Pactos de Estabilidade e Crescimento, com incidência nas economias de maior peso, designadamente a alemã e a francesa. No caso da maior economia asiática, o Japão, as medidas de incentivo não surtiram até ao momento efeitos desejados, verificando-se naquele país uma situação de crescimentos negativos da produção interna e dos preços, com agravamento do desemprego.

As projecções disponíveis à data da elaboração deste documento apontam para alguns sinais positivos conducentes a uma retoma efectiva, a partir dos últimos meses de 2003, com uma maior expressão em 2004, no pressuposto de diminuição dos factores de risco geopolíticos, designadamente a estabilidade no processo de reconstrução no Iraque, a estabilização do preço do petróleo e uma maior eficácia no combate ao terrorismo.

Nos Estados Unidos alguns indicadores demonstram sinais positivos em alguns mercados, acompanhados por um nível de confiança superior dos consumidores e estabilização do investimento privado, observando-se ritmos de crescimento da economia americana nos primeiros trimestres de 2003 superiores aos registados na Europa. Na União Europeia, por sua vez, o Banco Central Europeu, em relatório de Agosto de 2003, assinala uma estabilização da confiança dos agentes económicos, um aumento do rendimento disponível das famílias, permitindo maior nível de endividamento e de consumo, referindo ainda que os baixos níveis das taxas de juro irão permitir uma maior capacidade de financiamento das empresas e de projectos de investimento.



No quadro seguinte, apresentam-se projecções da responsabilidade do FMI e da OCDE, onde se expressa para 2004 a expectativa de aumento sustentado, ainda que com valores moderados, do crescimento do produto nas principais economias e espaços económicos, a manutenção de valores relativamente reduzidos do crescimento dos preços, embora os valores do desemprego persistam algo elevados, designadamente no espaço europeu.



Indicadores Económicos

	2001	Estimativa	Previsão	
		2002	2003	2004
Produção mundial (Tx. Crescimento) (1).....	2,3	3,1	3,2	4,1
Comércio mundial (Tx. Crescimento) (1).....	0,1	2,9	4,3	6,1
Preço médio de importação de petróleo na OCDE (dólares por barril de crude	23,6	23,9	25,8	24,8
PIB em volume (Tx. Crescimento)				
Área do Euro	1,5	0,8	1,8	2,7
União Europeia.....	1,6	0,9	1,9	2,7
EUA	0,3	2,3	2,6	3,6
Japão.....	-0,3	-0,7	0,8	0,9
Desemprego (% da população activa)				
Área do Euro	8,0	8,3	8,5	8,3
União Europeia.....	7,3	7,6	7,8	7,5
EUA	4,8	5,8	6,0	5,7
Japão.....	5,0	5,5	5,6	5,6
Inflação (deflator do consumo privado)				
Área do Euro	2,4	2,2	2,0	1,8
União Europeia.....	2,1	2,0	2,0	1,8
EUA	2,0	1,4	1,4	1,2
Japão.....	-1,5	-1,5	-1,6	-1,6
Balança Corrente (% do PIB)				
Área do Euro	0,4	1,1	1,4	1,4
União Europeia.....	0,1	0,9	1,0	1,0
EUA	-4,1	-4,8	-5,4	-5,5
Japão.....	2,2	2,8	3,1	3,9
Taxas de juro (curto-prazo)				
Área do Euro	4,2	3,3	3,0	3,6
EUA	3,7	1,8	1,6	3,4
Japão.....	0,1	0,1	0,0	0,0

(1) IMF, World Economic Outlook, Mai.2003

Fonte: Perspectives Économiques de l'OCDE, nº 73, Version Préliminaire, Junho 2003



B) Economia Nacional

Após um período de crescimento acentuado da economia portuguesa, entre 1996 e 1999, com uma taxa média de crescimento anual do PIB de cerca de 4%, crescimento este baseado essencialmente no dinamismo da procura interna, resultante da redução das taxas de juro e do crescimento da despesa pública, mas com consequências no endividamento dos particulares e das empresas e no equilíbrio orçamental, observa-se desde o ano de 2000 a uma desaceleração progressiva do ritmo de actividade económica.

O período mais recente da economia portuguesa reflecte não só uma envolvente externa económica desfavorável, como também os efeitos da política financeira promovida pelas autoridades públicas nacionais. Com efeito, a um enquadramento internacional desfavorável juntou-se um profundo reajustamento orçamental, por se ter excedido em 2001 o limite máximo de défice público, permitido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A subida de impostos, a redução da despesa pública, designadamente a de investimento, o congelamento de salários na função pública, entre outros factores, para além de um discurso institucional focalizado na crise, acentuaram o pessimismo das famílias e das empresas. O consumo privado e o investimento em habitação aproximaram-se da estagnação, enquanto as exportações e o investimento das empresas foram revistas sucessivamente em baixa.

Ao nível do mercado de trabalho, verificam-se aumentos na taxa de desemprego, mercê do ambiente económico existente, agravado pelo efeito do



encerramento de empresas em sectores tradicionais, em busca de maior rentabilidade em novos mercados, designadamente os do leste europeu.

A par das expectativas gerais em termos de inversão do ciclo económico, também para o conjunto do país se projecta uma melhoria da conjuntura económica a partir dos últimos meses de 2003. Porém, sendo certo que à data da preparação deste plano anual, alguns indicadores qualitativos e de natureza prospectiva, relativos a expectativas dos consumidores e dos empresários, revelam uma diminuição do pessimismo em relação ao futuro próximo, em termos reais os indicadores quantitativos evidenciam ainda uma situação preocupante de desaceleração da actividade económica: a taxa de utilização da capacidade produtiva fixou-se no valor mais baixo desde o segundo trimestre de 1994, na construção e obras públicas a situação também é precária, o ritmo de crescimento do valor das exportações voltou a baixar nos últimos meses do semestre, a evolução do indicador coincidente do Banco de Portugal no segundo trimestre de 2003 aponta para uma evolução negativa do produto.

A subida sustentada nos índices de confiança será o primeiro passo para uma retoma económica. A melhoria das expectativas dos consumidores e das empresas traduzem-se mais tarde na retoma da produção e do investimento. Porém, mantêm-se ainda factores de incerteza quanto à sustentabilidade da recuperação económica dos principais parceiros comerciais e, ao nível interno, para quando se registará a efectiva transmissão dos sinais ténues de inversão das expectativas dos agentes económicos à esfera real da economia.

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económicos, da responsabilidade do Banco de Portugal.



Quadro Macroeconómico
(Taxas de crescimento em volume)

	2001	2002	Projeções	
			2003	2004
Consumo privado	1,0	0,4	[0,75; 0,25]	[0,5; 2,5]
Consumo público	3,5	2,6	-1,6	-1,4
Formação Bruta de Capital Fixo	0,3	-5,4	[-5,75; -3,75]	[-3; +1]
Procura interna	1,4	-0,5	[-2; -1]	[-0,5; 1,5]
Exportações	1,8	2,4	[2,25; 3,75]	[5; 8]
Importações	1,1	-0,6	[-1,75; 0,25]	[3; 6]
PIB	1,7	0,4	[-1; 0]	[0; 2]
Inflação.	4,4	3,7	[2,5; 3,5]	[0,7; 2,7]

Fonte: Banco de Portugal.

C) Economia Regional

Recursos Humanos

Segundo os dados definitivos do censo de 2001 a evolução demográfica na última década caracterizou-se pelo crescimento moderado da população residente, ao contrário dos decénios anteriores, em que se registou um declínio demográfico continuado.

Exceptuando o caso excepcional da ilha do Corvo, o acréscimo geral de população concentrou-se nas ilhas onde se localizam as principais funções administrativas e/ou unidades económicas; ou seja, onde existem melhores condições



para a fixação de população, por via de uma maior e diversificada oferta de empregos, designadamente na área dos serviços.

Nas restantes parcelas apuraram-se variações negativas do respectivo potencial demográfico, com alguma intensidade relativa nas ilhas Graciosa e Flores.

Evolução da População Residente

Ilha	1991	2001	Δ %
Santa Maria	5 922	5 578	-5,8
São Miguel	125 915	131 609	4,5
Terceira	55 706	55 833	0,23
Graciosa	5 189	4 780	-7,9
São Jorge	10 219	9 674	-5,3
Pico	15 202	14 806	-2,6
Faial	14 920	15 063	0,96
Flores	4 329	3 995	-7,7
Corvo	393	425	8,1
Região.....	A) 237 795	B) 241 763	C) 1,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, observa-se que a taxa de natalidade na Região apresenta valores superiores à média nacional, embora com tendência decrescente. A taxa de mortalidade geral mantém-se praticamente constante, com um valor anual na vizinhança dos 11 óbitos por mil habitantes. No caso particular da taxa de mortalidade infantil, após valores excessivamente elevados num passado não muito distante, mais recentemente tem-se registado uma melhoria sensível deste indicador, aproximando-se dos valores registados a nível nacional. Por último, quanto à evolução anual do número de casamentos celebrados, em relação à população média desse ano, constata-se que a tendência verificada na Região acompanha a evolução a nível nacional, embora com valores superiores.



Indicadores Demográficos (Permilagem)

	1992		1997		2002	
	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal
Taxa de Natalidade.....	15,5	11,5	14,4	11,2	12,9	11,0
Taxa de Mortalidade.....	11,0	10,1	11,6	10,4	11,2	10,2
Taxa de Mortalidade Infantil.....	16,3	9,2	10,6	6,4	6,5	5,0
Taxa de Nupcialidade.....	8,5	7,0	7,5	6,5	6,3	5,4

Ao nível das condições de vida e de conforto registadas no território regional, tomando os últimos valores disponíveis reportados ao ano de 2000, verifica-se que em média os alojamentos na Região dispõem de condições próximas daquelas que se verificam em média no conjunto do país e na outra região autónoma, quando não são em alguns aspectos mais favoráveis.

De facto, pelos valores apresentados no quadro seguinte, registam-se valores médios nos Açores muito interessantes ao nível da utilização de meios de apoio ao trabalho doméstico e de conforto na generalidade dos lares açorianos.

Indicadores de Conforto (%) – Ano de 2000

	Açores	Madeira	País
Alojamentos que dispõem de:			
Apoio ao trabalho doméstico:			
Micro-ondas	60,7	30,6	33,3
Frigorífico/combinado.....	96,5	95,9	97,1
Arca congeladora.....	60,7	52,5	53,5
Máquina de lavar roupa.....	85,1	74,8	82,2
Máquina de lavar loiça	10,9	11,5	17,1
Equipamento/áudio e comunicações			
Telemóvel.....	39	36,3	47,4
TV Cabo	40,7	36,9	19
Computador c/ ligação à Internet	7,7	3,7	8,5
Computador s/ ligação à Internet.....	9,1	8,8	13,5
Meio de Transporte			
Veículo Ligeiro de passageiros ou misto.....	58,2	45,7	59,9



Aspectos Macroeconómicos

Produto Interno Bruto

Os dados mais recentes relativos à regionalização deste indicador sintético, que traduz o valor dos bens e serviços produzidos num período anual, são da responsabilidade da Eurostat. Segundo este órgão europeu de estatística o Produto Interno Bruto dos Açores, em 2000, atingia os 2,0 5 mil milhões de euros, cerca de 410 milhões de contos.

Considerando os valores do PIB por habitante, medidos em paridade de poder de compra, para o quinquénio 1995 – 2000, observa-se que os Açores terão convergido com os valores médios da União Europeia, ao contrário do que se verificou para o conjunto do país, em que se apura um afastamento.

Face aos valores mais recentes disponíveis, a convergência do nível de produção de riqueza na Região com a média nacional foi mais relevante, ou seja, no período 1995-98 o PIB per capita regional significava 70% do valor apurado para o conjunto do país, enquanto no período 1998-2000 essa relação aumentou cerca de 5 pontos percentuais.

Convergência com a UE (Pib Per capita PPC UE 15 = 100)		
	95-98	98-00
Açores	51	53
Nacional	73	71
Convergência com a Média Nacional (Pib Per capita Portugal = 100)		
Açores/Nacional	70	75



Mercado de Emprego

A evolução no mercado de trabalho é acompanhada através do Inquérito Trimestral ao Emprego, publicação estatística que utiliza uma metodologia de extrapolação de dados que recorre a estimativas independentes da população residente. Com os dados definitivos dos Censos de 2001, procede-se à recalibração das séries retrospectivas.

Com base nos últimos dados disponíveis, a par do crescimento da população activa, continua-se a verificar também crescimento da empregabilidade dessa população, originando taxas de desemprego na Região reduzidas, sendo inclusivamente o seu valor o mais baixo no contexto nacional. Com efeito, no primeiro trimestre de 2003, a taxa de desemprego no país (6,4%) representava mais do triplo do valor apurado na Região (2,0%).

Estatísticas do Emprego

	1995	1998	2002					2003
			1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Média	1º Trim.
População Activa.....	94 372	99 579	101 784	103 027	102 888	103 552	102 813	103 111
População Empregada	86 930	94 651	99 052	100 810	100 133	101 166	100 290	101 092
Taxa de Desemprego (%)	7,9	4,4	2,7	2,2	2,7	2,3	2,5	2,0

Ao nível da repartição sectorial do emprego, o sector dos serviços tem mantido e reforçado paulatinamente a sua posição relativa, observando-se maiores níveis de penetração do emprego em serviços de tipo comercial (comércio, alojamento e restauração, entre outros). O sector primário tem mantido sensivelmente o seu peso relativo, embora com uma ligeira perda de importância. No período considerado, o sector secundário constitui-se como a principal origem da



transferência para o sector dos serviços, embora não deixe de ser interessante o nível de ocupação de activos que este sector assegura, numa pequena economia, com as características da dos Açores.

Repartição Sectorial do Emprego (%)

	2002					2003
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Média	1º Trim.
Agricultura, Silvicultura e Pescas.....	13,7	14,3	13,0	13,8	13,7	13,4
Indústria, Construção e Água	29,3	29,3	29,9	27,7	29,1	28,5
Serviços	57,0	56,4	57,1	58,5	57,2	58,1



Preços

No biénio 2000/01, a variação dos preços no consumo na Região foi inferior ao verificado no conjunto do país. Antecipava-se que nos períodos subsequentes se verificasse alguma correcção, o que se veio a verificar durante o ano de 2002 e primeiros meses do corrente ano.

No período mais recente, reportado a Julho do corrente ano, considerando a variação média dos últimos 12 meses, situou-se nos 3,6%, valor ligeiramente inferior ao verificado no conjunto do país (3,8%). Todavia, enquanto a nível nacional se regista actualmente um ligeiro agravamento da inflação, desde o valor apurado em Dezembro de 2002, na Região essa tendência é contrária, observando-se uma desaceleração do ritmo de crescimento dos preços no consumo.

Índice de Preços no Consumidor
Variação média dos últimos 12 meses

		%
	RAA	País
Dezembro 2002	3,9	3,6
Julho 2003	3,6	3,8

Aspectos Sectoriais

Através de um conjunto de indicadores simples relativos a diversos sectores da actividade económica, a evolução da conjuntura económica em 2002 terá sido favorável.



Registando-se naquele período uma desaceleração do crescimento da actividade económica a nível nacional, na Região observaram-se crescimentos reais na generalidade da produção económica, salientando-se valores significativos ao nível dos sectores tradicionais, com destaque para a recuperação do volume de pesca descarregado nos portos, também ao nível da construção civil e obras públicas, inferido pelo volume de licenciamento de obras e pelo consumo de cimento, pela continuação do crescimento da actividade turística, embora com valores mais moderados após o crescimento quase exponencial verificado em 2001, observando-se um menor nível de vendas de viaturas comerciais, por via de alguma moderação de expectativas conjugada com o efeito de uma renovação recente das frotas.

Através de informação estatística mais actualizada, observam-se alguns sinais de repercussão na economia regional dos sinais de crise e de recessão económica ao nível externo, com enfoque para a situação da economia nacional, factores que acabam por condicionar de alguma forma a produção regional, embora, em termos reais, se mantenham um conjunto de sinais positivos nesta fase adversa do ciclo económico.

Com efeito, sectores que dependem quase exclusivamente da procura externa, como o turismo, apresentam algum abrandamento dos níveis de crescimento, embora se mantenha um nível elevado de confiança dos investidores privados, traduzido nos projectos em curso. Porém, quando se abordam as variáveis que traduzem a evolução da base da economia regional, e de outros sectores relevantes, apuram-se evoluções positivas.



Indicadores Simples de Conjuntura – Variações Homólogas

		%	
	2002/2001	2003/2002	
		Período	
Gado bovino e suíno abatido nos matadouros.....	14,8	Jan-Mar	27,6
Leite entregue nas fábricas.....	4,6	Jan-Mai	-1,3
Quantidade de pesca descarregada.....	10,6	Jan-Jun	18,1
Nº de licenças para construção.....	11,7	Jun-2003/Jun-2002	2,1
Vendas de cimento.....	5,5	Jun-2003/Jun-2002	2,5
Produção de energia eléctrica.....	7,4	Jan-Jul	7,6
Dormidas na hotelaria regional.....	8,1	Jan-Jun	-1,6
Receitas totais dos estabelecimentos de hotelaria.....	8,4	Jan-Mai	2,3
Nº de viaturas comerciais vendidas.....	-3,0	Jan-Jun	-38,1



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

A execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, no primeiro semestre do corrente ano, é a que abaixo se apresenta.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - PRIMEIRO SEMESTRE 2003

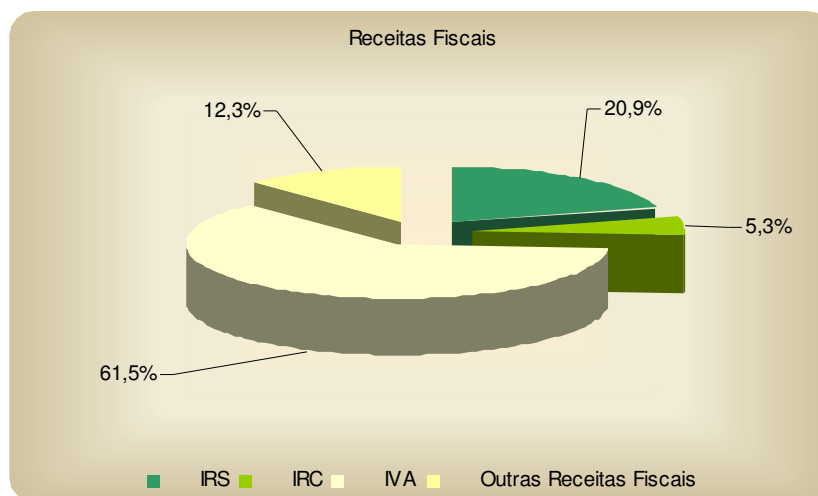
(Euros)

	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	760.529.935,00	350.926.889,23	46,14%
Receitas Fiscais	434.572.742,00	209.394.002,00	48,18%
IRS	94.022.000,00	43.769.117,98	46,55%
IRC	28.665.000,00	11.200.064,07	39,07%
IVA	248.742.800,00	128.718.563,50	51,75%
Outras Receitas Fiscais	63.142.942,00	25.706.256,45	40,71%
Transferências do O.E.	219.870.452,00	116.685.226,00	53,07%
Transferências do U.E.	69.969.568,00	11.646.551,00	16,65%
Outras Receitas	36.117.173,00	13.201.110,23	36,55%
Sub-Total	760.529.935,00	350.926.889,23	46,14%
Endividamento	0,00	0,00	0,00%
Despesas Totais	760.529.935,00	355.888.746,31	46,79%
<i>Funcionamento</i>	<i>531.229.142,00</i>	<i>242.973.342,77</i>	<i>45,74%</i>
Despesas com Pessoal	262.128.995,00	123.965.490,47	47,29%
Remunerações certas	218.514.269,00	105.509.335,12	48,28%
Abonos variáveis	10.692.453,00	4.288.718,86	40,11%
Segurança Social	32.922.273,00	14.167.436,49	43,03%
Transferências	217.776.537,00	106.542.931,04	48,92%
Juros da Dívida Pública	13.000.000,00	0,00	0,00%
Outras	38.323.610,00	12.464.921,26	32,53%
<i>Investimento</i>	<i>229.300.793,00</i>	<i>112.915.403,54</i>	<i>49,24%</i>



Receita

As receitas fiscais, apresentam uma execução de 209,4 milhões de euros (48,2%), representando 59,7% das receitas totais arrecadadas até ao final do período em análise. Os impostos que mais se destacaram, no total das receitas fiscais, foram o IRS, IRC e o IVA, os quais apresentaram uma execução de 46,6%, 39,1% e 51,8%, respectivamente, contribuindo deste modo para 87,7% do valor arrecadado das receitas fiscais. O peso que cada um destes impostos representa no total das receitas fiscais é o que abaixo se explicita.

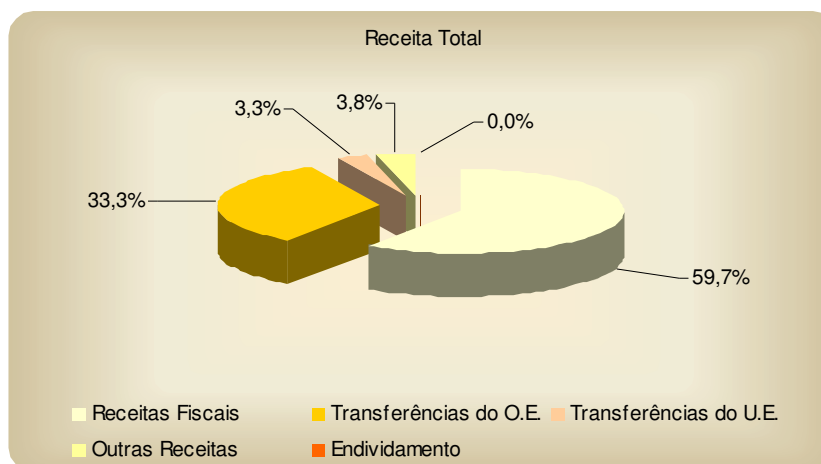


Na rubrica outras receitas fiscais, destacam-se o Imposto de Selo, o Imposto de consumo s/ o tabaco e o Imposto Automóvel, com níveis de execução de 51,1%, 46,7% e 40,0%, respectivamente. Salienta-se o facto destes três impostos contribuírem, conjuntamente com os demais impostos existentes nesta rubrica, em 12,3%, para o total da receita fiscal arrecadada.

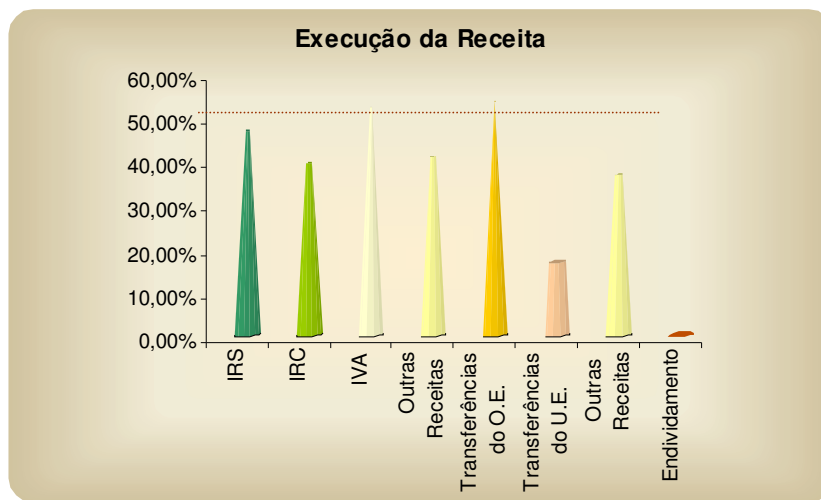


Relativamente às transferências do Orçamento do Estado (OE) já se verificou uma arrecadação de receita de 116,7 milhões de euros, o que correspondeu a uma execução de 53,1%. As transferências da União Europeia registaram o valor de 11,6 milhões de euros, representando uma execução de 16,7%.

O gráfico seguinte permite visualizar a contribuição das componentes da receita anteriormente analisadas, para o total da receita arrecadada.



Decorridos 6 meses do ano, constata-se que as rubricas mais significativas da receita apresentam níveis de execução perto dos 50%, conforme se verifica no gráfico seguinte.



A execução da receita no primeiro semestre do triénio 2001-2003 é a patente no instrumento de análise a seguir apresentado.

Execução Orçamental - 1.º Semestre 2001-2003

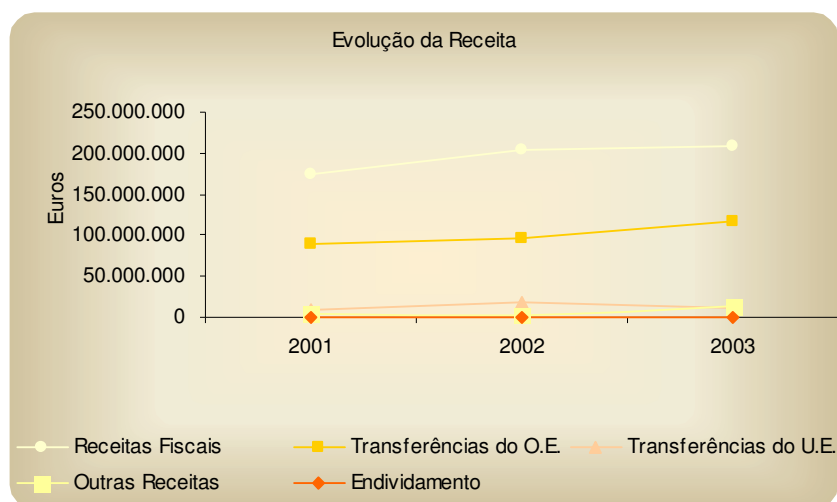
Un: Euros

	2001	2002	VARIAÇÃO 02/01	2002	2003	VARIAÇÃO 03/02
Receitas Totais	278.572.450,01	320.831.226,00	15,17%	320.831.226,00	350.926.889,23	9,38%
Receitas Fiscais	175.136.256,75	202.988.257,00	15,90%	202.988.257,00	209.394.002,00	3,16%
IRS	24.341.380,88	46.048.822,64	89,18%	46.048.822,64	43.769.117,98	-4,95%
IRC	5.082.082,57	11.759.295,68	131,39%	11.759.295,68	11.200.064,07	-4,76%
IVA	119.421.772,77	118.883.253,64	-0,45%	118.883.253,64	128.718.563,50	8,27%
Outras Receitas Fiscais	26.291.020,53	26.296.885,04	0,02%	26.296.885,04	25.706.256,45	-2,25%
Transferências do O.E.	90.060.479,22	95.554.167,48	6,10%	95.554.167,48	116.685.226,00	22,11%
Transferências do U.E.	9.730.461,61	19.042.179,74	95,70%	19.042.179,74	11.646.551,00	-38,84%
Outras Receitas	3.645.252,43	3.246.621,78	-10,94%	3.246.621,78	13.201.110,23	306,61%
Sub-Total	278.572.450,01	320.831.226,00	15,17%	320.831.226,00	350.926.889,23	9,38%
Endividamento	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%



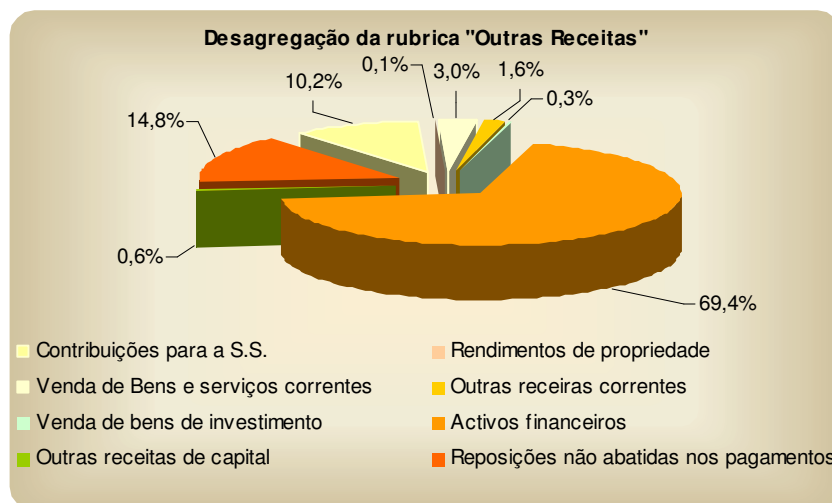
Globalmente assistiu-se a um aumento de 9,4% nas receitas arrecadadas durante o primeiro semestre de 2003, relativamente a 2002, aumento este inferior ao verificado entre os anos de 2001 e 2002, (15,2%).

O crescimento verificado em 2003 relativamente ao ano anterior resultou essencialmente do aumento registado nas transferências do O.E. (22,1%), do IVA (8,3%) e das outras receitas (306,6%), conforme explicitado no gráfico abaixo.



O crescimento observado na rubrica outras receitas (306,6%) deveu-se ao aumento dos activos financeiros, que representaram 69,4% do total da referida rubrica. Este aumento, tão significativo, deveu-se à alienação das acções do BCA, ainda detidas pela Região Autónoma dos Açores .

Os 13,2 milhões de euros registados na rubrica outras receitas decompueram-se da forma que abaixo se apresenta.



Despesa

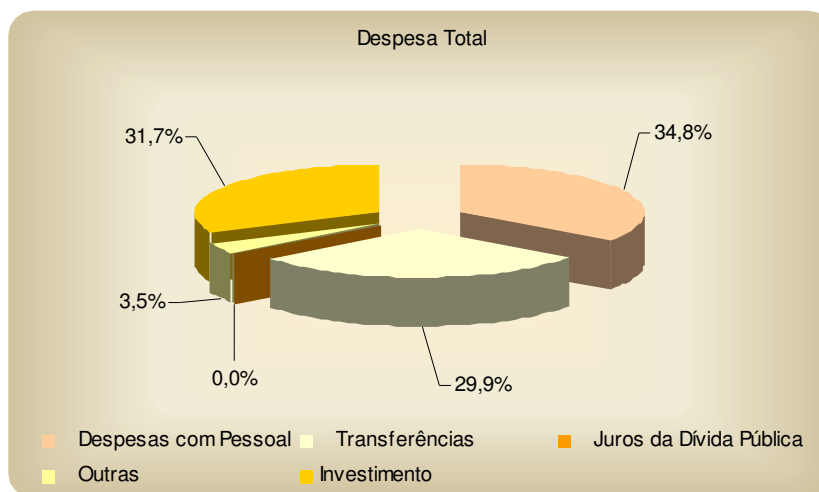
O valor da despesa executado, no período em análise, foi de 355,9 milhões de euros, 46,8% do orçamentado.

À semelhança do ano anterior, as rubricas: despesas com pessoal e transferências correntes foram as que apresentaram um maior peso no total da despesa, com 124,0 e 106,5 milhões de euros, respectivamente, representando, em conjunto, 64,6% do total da despesa.

Os 112,9 milhões de euros de despesas de investimento executadas corresponderam a 31,7% do total da despesa, dando conta de uma execução de 49,2% do valor orçamentado.



De seguida é explicitada a desagregação da despesa realizada no primeiro semestre de 2003.



A evolução da despesa, no primeiro semestre de 2001, 2002 e 2003 encontra-se patente no quadro abaixo.

Execução Orçamental - 1.º Semestre 2001-2003

	2001	2002	VARIAÇÃO 02/01	2002	2003	VARIAÇÃO 03/02
Despesas Totais	297.816.866,64	349.178.797,29	17,25%	349.178.797,29	355.888.746,31	1,92%
<i>Funcionamento</i>	<i>216.159.505,82</i>	<i>235.858.526,80</i>	<i>9,11%</i>	<i>235.858.526,80</i>	<i>242.973.342,77</i>	<i>3,02%</i>
Despesas com Pessoal	116.306.107,03	122.181.672,02	5,05%	122.181.672,02	123.965.490,47	1,46%
Remunerações certas	98.775.048,85	104.552.653,14	5,85%	104.552.653,14	105.509.335,12	0,92%
Abonos variáveis	5.029.375,85	4.752.557,26	-5,50%	4.752.557,26	4.288.718,86	-9,76%
Segurança Social	12.501.682,33	12.876.461,62	3,00%	12.876.461,62	14.167.436,49	10,03%
Transferências	88.564.478,56	101.280.216,85	14,36%	101.280.216,85	106.542.931,04	5,20%
Juros da Dívida Pública	1.189.527,38	0,00	-100,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras	10.099.392,85	12.396.637,93	22,75%	12.396.637,93	12.464.921,26	0,55%
Investimento	81.657.360,82	113.320.270,49	38,78%	113.320.270,49	112.915.403,54	-0,36%

No triénio em análise, verificou-se a despesa crescer 17,3% de 2001 para 2002 e 1,9% de 2002 para 2003. O abrandamento verificado deveu-se

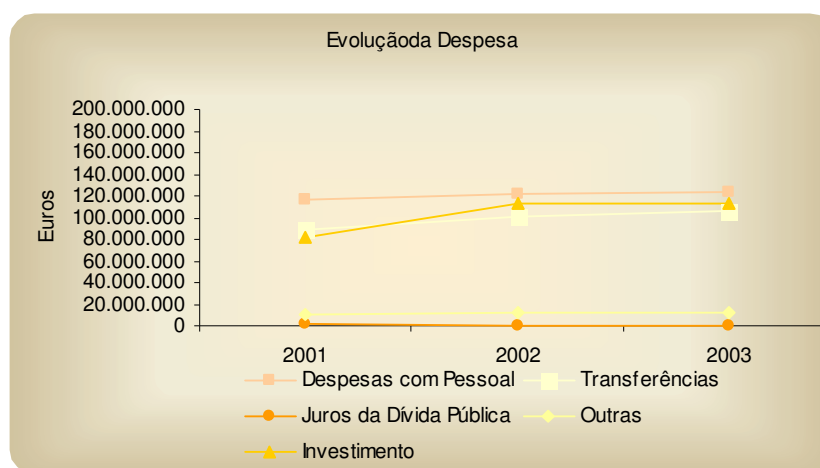


a facto de em 2003 se terem verificado taxas de crescimento bastante mais reduzidas que as do ano anterior, nomeadamente:

- Remunerações certas e permanentes: 5,9% em 2002 e 0,9% em 2003;
- Abonos variáveis: -5,5% em 2002 e -9,8% em 2003;
- Transferências: 14,4% em 2002 e 5,2% em 2003;
- Outras: 22,8% em 2002 e 0,6% em 2003.

Salienta-se que o valor nulo da rubrica “Juros da dívida pública” se deve ao facto dos pagamentos de juros se efectuarem no segundo semestre, com incidência em Agosto e Novembro.

Em termos gráficos a evolução da despesa no primeiro semestre de 2001 – 2003 é a que abaixo se apresenta .





B) Sector Público Empresarial Regional

A análise dos relatórios de contas da EDA- Electricidade dos Açores, S.A., SATA, AIR AÇORES – Serviço Açoreano de Transportes Aéreos, S.A. e LOTAÇOR – Serviço Açoreano de Lotas, E.P., a 31 de Dezembro de 2002, permite-nos avaliar a situação económica, financeira e patrimonial que abaixo se descreve:

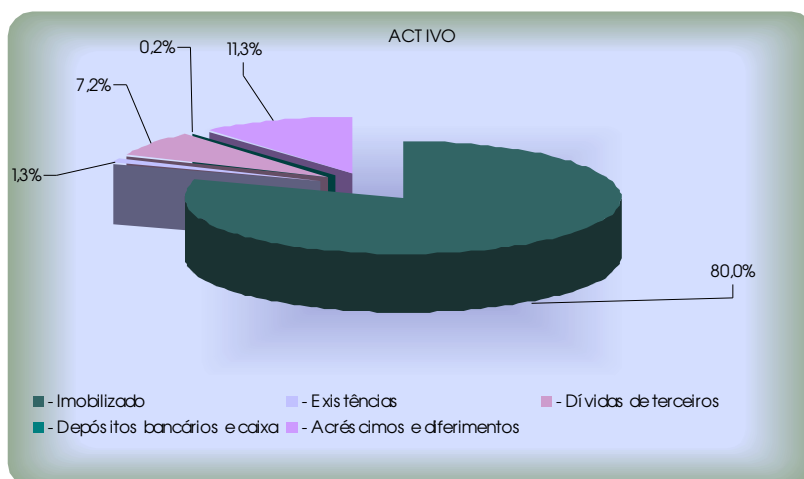
EDA- Electricidade dos Açores, S.A.

A 31 de Dezembro de 2002, o balanço analítico da empresa registou um crescimento do activo em cerca de 27,4 milhões de euros e de 20,4 milhões de euros no passivo, correspondentes a uma taxa de crescimento de 7,7% e 6,6%, respectivamente.

O crescimento do Activo Líquido resultou de :

- Variação de 40,8% no activo circulante, devido ao aumento das dívidas de terceiros de curto prazo;
- O aumento de 70,8% dos “Acréscimos e Deferimentos”, resultante da contabilização dos subsídios à exploração por receber, bem como das vendas estimadas no final do ano;

O Imobilizado, à semelhança do ano anterior, foi a componente com maior peso no total do activo (80,0%) conforme explicitado no gráfico seguinte.



O aumento de 20,4 milhões de euros no Passivo deveu-se a :

- Ao acréscimo de 5,1% nos capitais alheios, como consequência do crescimento do passivo bancário , em virtude do não recebimento dos subsídios de compensação, resultantes da convergência do tarifário;
- A uma variação positiva de 9,9% nos “acréscimos e diferimentos” devida à contabilização dos subsídios recebidos para financiar o investimento, assim como das responsabilidades da EDA com pensões de reforma.

A Demonstração de Resultados evidencia os seguintes aspectos:

Um crescimento de 5,7% nos custos e perdas, em resultado da conjugação dos seguintes factores:



- O aumento verificado nos custos das mercadorias vendidas e consumidas, em 20,8%, deve-se essencialmente aos aumentos de 44,0% na aquisição de energia, de 12,0% no custo dos combustíveis e lubrificantes e de 95,0% nos materiais diversos;
- O acréscimo dos “Custos com Pessoal”, em 6,0%, resultou da variação ocorrida no âmbito das pensões de reforma, que traduzem um conjunto de reajustamentos realizados no âmbito da política dos recursos humanos;
- O crescimento de 7,2% nas amortizações do exercício, foi o reflexo do aumento do imobilizado líquido em exploração;
- Os fornecimentos e serviços externos apresentaram uma diminuição de 15,6%, justificado pela política de contenção de custos implementada na empresa;
- A rubrica “Juros e Custos Similares” decresceu cerca de 18,5% relativamente ao ano transacto, como consequência da alteração de 5,03% em 2001, para 4,08% em 2002, da taxa média de juro.

Relativamente aos Proveitos e Ganhos do exercício, há a salientar:

- Aumento das vendas e prestações de serviços em 8,1% e dos subsídios à exploração em 9,8%;
- Redução de 12,5% nos trabalhos para a própria empresa deveu-se à variação ocorrida ao nível do investimento, que foi inferior ao realizado no ano anterior;
- O contributo da rubrica ganhos em empresas do grupo e associadas.



O Resultado Líquido do Exercício, em 2002, atingiu os 3,2 milhões euros, um acréscimo significativo relativamente ao ano anterior, resultante da contabilização de ganhos em empresas do grupo e associadas, assim como da actividade operacional.



SATA, AIR AÇORES – Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos, S.A.

O Activo da SATA registou uma diminuição de 4,1% , relativamente ao ano de 2001, justificado essencialmente por:

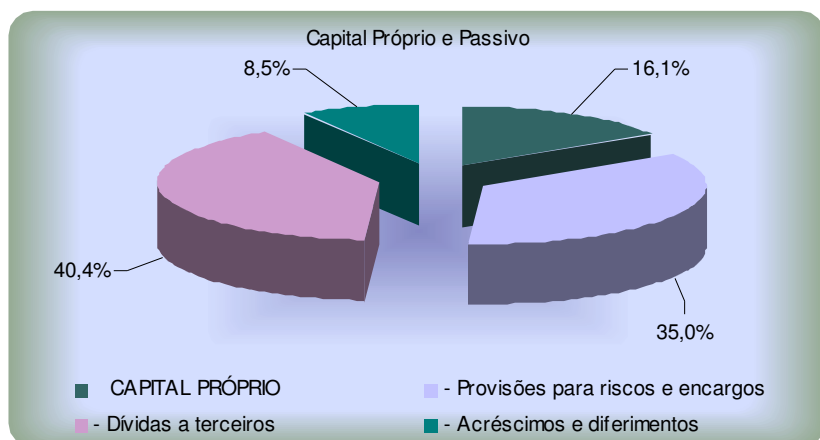
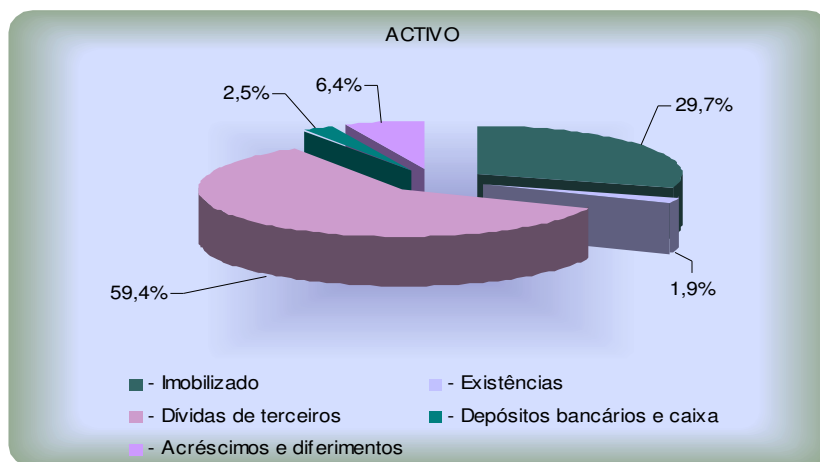
- O imobilizado registou uma diminuição de 10,0%, situando-se nos 19,7 milhões euros, dos quais 11,3 milhões euros correspondiam a imobilizado corpóreo e os restantes 8,4 milhões euros a investimentos financeiros;
- A uma diminuição dos depósitos bancários e caixa em 44,1%, embora esta rubrica assumia um baixo peso no total do activo, de apenas 2,5%.

Relativamente ao Passivo verificou-se uma diminuição em 7,5%, justificado essencialmente por uma redução na rubrica “Dívidas a Terceiros” em 14,1%, situando-se nos 26,8 milhões euros, ou seja menos 4,4 milhões euros do que no ano de 2001;

O Capital Próprio situou-se, a 31 de Dezembro de 2002, nos 10,7 milhões euros, mais 1,7 milhões euros relativamente ao ano anterior.



Os gráficos representativos das componentes do Activo, do Passivo e do Capital Próprio são apresentados a seguir.



Relativamente aos Custos e Perdas do exercício de 2002, destaca-se:

- O aumento de 6,0% e 7,3% nas rubricas “Custos com Pessoal” e “Fornecimentos e Serviços Externos”, que representaram 43,8% e 33,5%, respectivamente, do total dos custos.
- A rubrica Perdas em empresas do grupo e associadas passou de um valor de 6,3 milhões euros em 2001 para um valor nulo em 2002.

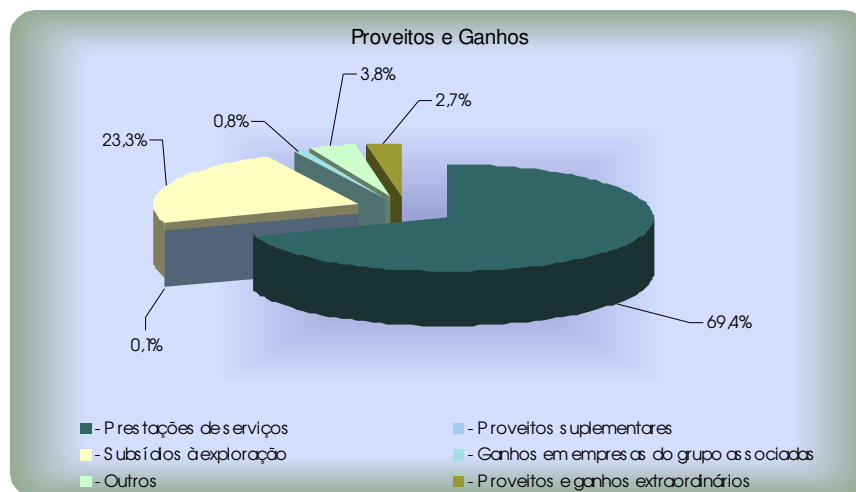


O gráfico a seguir apresentado, demonstra o peso que cada componente dos custos e perdas assume no total destes.



No que concerne aos Proveitos e Ganhos, verificou-se uma diminuição de 1,3% relativamente ao ano de 2001, que ficou a dever-se essencialmente a:

- Decréscimo de 4,1% na rubrica “Prestações de Serviços” e de 31,6% em “Proveitos e Ganhos Extraordinários”.
- O contributo da rubrica “Prestação de Serviços” para a variação dos proveitos, não é alheio ao facto de a mesma representar 69,4% do total, conforme explicitado no gráfico seguinte.



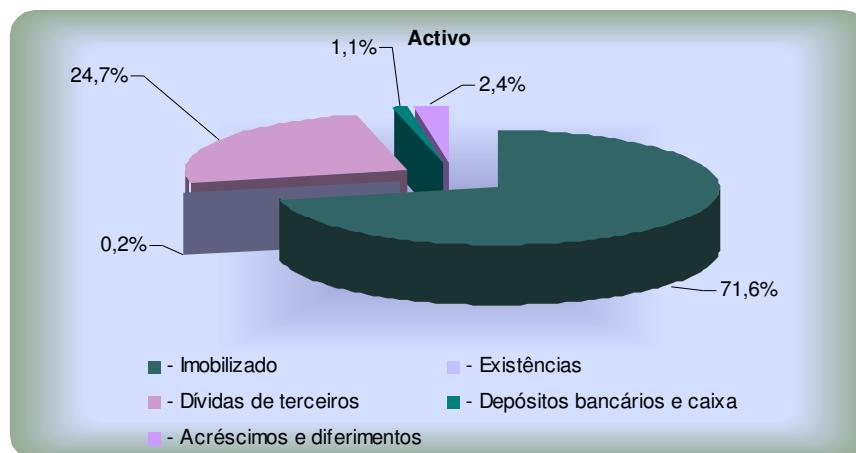
O Resultado Líquido do Exercício apresentou um crescimento significativo, situando-se nos 2,2 milhões euros,



LOTAÇOR – Serviço Açoreano de Lotas, E.P.

A 31 de Dezembro de 2002, o Activo Líquido da empresa registou um aumento de 7,2% relativamente ao exercício anterior, situando-se nos 23,6 milhões euros. Tal facto, deveu-se:

- O Imobilizado Líquido, sem incluir os “Investimentos Financeiros”, apresentou um aumento de 23,0%, ou seja, mais 2,5 milhões euros;
- A rubrica “Imobilizado” apresentou um crescimento de 4,6%, contribuindo para o total do activo em 71,6%;
- As “Dívidas de Terceiros”, registaram um aumento de 17,5%, atingindo os 5,8 milhões euros.

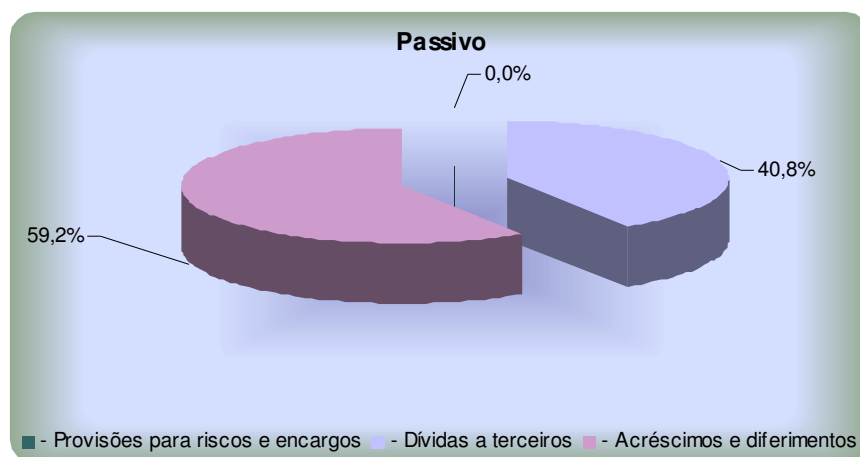




O Capital Próprio registou um decréscimo de 0,8 milhões euros (-34,3%), situando-se nos 1,5 milhões euros, resultante por um lado da redução dos “Resultados Transitados”(-0,25 milhões euros) e por outro lado da diminuição de “Resultados Líquidos” (-0,5 milhões euros).

O Passivo da empresa registou um aumento de 12,0% justificado por:

- Um crescimento de 13,3% registado na rubrica “Acréscimos e Deferimentos”, devido à contabilização em “Proveitos Diferidos” dos subsídios ao investimento co-financiados pela União Europeia, bem como, dos “Acréscimos de Custos” relativos aos encargos com férias a pagar, juros a pagar e encargos com o fundo de pensões;
- As “Dívidas a Terceiros” terem crescido 10,2% reflectindo um aumento de 0,8 milhões euros .

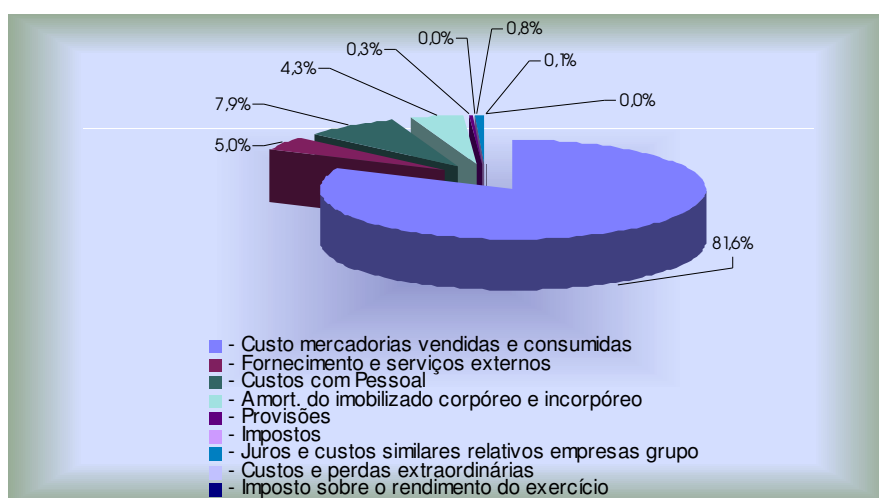




Da análise dos Custos e Perdas contabilizados no ano de 2002, salienta-se:

- O “Custo das mercadorias vendidas e consumidas”, apresentou um crescimento de 11,2%, representando 81,6% no total dos custos e perdas, situando-se nos 24,2 milhões euros. Este valor representou 87,4% do volume das vendas e prestação de serviços;
- Os “Fornecimentos e serviços externos” sofreram uma diminuição de 16,2%, tendo atingido o valor de 1,5 milhão euros;
- Os “Custos com Pessoal” registaram um aumento de 4,9%, tendo atingido o valor de 2,3 milhões euros;
- As “Amortizações do Exercício” no valor de 1,3 milhões euros, registaram um aumento de 9,6%, reflectindo os movimentos ocorridos no imobilizado corpóreo.

O peso das rubricas que compõem os custos e perdas, encontra-se patente no gráfico a seguir apresentado.





Os Proveitos e Ganhos atingiram os 29,1 milhões euros, mais 7,0% do que no ano de 2001, devido essencialmente ao aumento de 7,8% nas “Vendas e Prestação de Serviços”, que representam 95,3% do total dos Proveitos e Ganhos.

O Resultado Líquido do Exercício, em 31 de Dezembro de 2002, apresentou um valor negativo de 0,6 milhões euros, valor este que foi proposto pelo Conselho de Administração, ser afecto a Resultados Transitados.

As principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados das empresas em análise, encontram-se patentes nos quadros a seguir apresentados:



Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES, S.A

BALANÇO ANALÍTICO 2001/2002

(Euros)

	2001	2002	Var. 02/01
ACTIVO	354.022.768	381.442.378	7,75%
- Imobilizado	305.219.263	305.112.623	-0,03%
- Existências	4.446.038	5.009.373	12,67%
- Dívidas de terceiros	18.924.875	27.433.682	44,96%
- Depósitos bancários e caixa	97.890	609.855	523,00%
- Acréscimos e diferimentos	25.334.702	43.276.845	70,82%
CAPITAL PRÓPRIO	43.006.368	49.983.206	16,22%
PASSIVO	311.016.399	331.459.172	6,57%
- Provisões para riscos e encargos	0	0	
- Dívidas a terceiros	215.815.582	226.849.645	5,11%
- Acréscimos e diferimentos	95.200.817	104.609.527	9,88%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2001/2002

(Euros)

	2001	2002	Var. 02/01
CUSTOS E PERDAS	85.720.066	98.145.994	14,50%
- Custo mercadorias vendidas e consumidas	25.221.694	30.466.908	20,80%
- Fornecimento e serviços externos	10.913.553	9.214.611	-15,57%
- Custos com Pessoal	24.976.797	26.465.340	5,96%
- Amort. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	13.265.000	14.224.786	7,24%
- Provisões	110.226	308.174	179,58%
- Impostos	270.841	439.380	62,23%
- Outros custos e perdas operacionais	235.092	246.265	4,75%
- Perdas em empresas do grupo associadas	0	49.926	100,00%
- Juros e custos similares		7.756.764	
. Relativos a empresas do grupo	0	44.106	100,00%
. Outros	9.575.149	7.712.658	-19,45%
- Custos e perdas extraordinárias	796.714	1.052.910	32,16%
- Imposto sobre o rendimento do exercício	355.000	164.166	-53,76%
PROVEITOS E GANHOS	85.897.600	93.558.550	8,92%
- Vendas	59.554.948	64.359.959	8,07%
- Trabalhos para a própria empresa	9.237.639	8.079.415	-12,54%
- Proveitos suplementares	251.462	438.759	74,48%
- Subsídios à exploração	12.234.649	13.439.378	9,85%
- Outros proveitos e ganhos operacionais	83.176	112.091	34,76%
- Ganhos em empresas do grupo associadas	0	2.416.928	100,00%
- Rendimentos de participação de capital	82.912	30.600	-63,09%
- Outros juros e custos similares			
. Relativos a empresas do grupo	527.835	569.212	7,84%
. Outros	589.508	662.058	12,31%
- Proveitos e ganhos extraordinários	3.335.471	3.450.150	3,44%

(Euros)

- Resultado operacional	6.368.672	5.064.138	-20,48%
- Resultado Financeiro	-8.374.895	-4.127.892	50,71%
- Resultados correntes	-2.006.223	936.246	53,33%
- Resultado antes de impostos	532.534	3.333.486	525,97%
- Resultado líquido do exercício	177.534	3.169.320	1685,19%



Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

SATA - SERVIÇO AÇOREANO DE TRANSPORTES AÉREOS, E.P.

BALANÇO ANALÍTICO 2001/2002

(Euros)

	2001	2002	Var. 02/01
ACTIVO	69.181.083	66.328.907	-4,12%
- Imobilizado	21.911.598	19.711.098	-10,04%
- Existências	1.292.139	1.276.900	-1,18%
- Dívidas de terceiros	38.552.453	39.431.369	2,28%
- Depósitos bancários e caixa	3.014.622	1.685.352	-44,09%
- Acréscimos e diferimentos	4.410.271	4.224.188	-4,22%
CAPITAL PRÓPRIO	8.978.426	10.654.697	18,67%
PASSIVO	60.202.657	55.674.210	-7,52%
- Provisões para riscos e encargos	22.594.280	23.248.177	2,89%
- Dívidas a terceiros	31.195.477	26.791.818	-14,12%
- Acréscimos e diferimentos	6.412.900	5.634.215	-12,14%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2001/2002

(Euros)

	2001	2002	Var. 02/01
CUSTOS E PERDAS	48.169.805	42.787.589	-11,17%
- Custo mercadorias vendidas e consumidas	952.542	1.011.129	6,15%
- Fornecimento e serviços externos	13.374.733	14.353.420	7,32%
- Custos com Pessoal	17.684.864	18.750.611	6,03%
- Amort. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2.750.642	2.742.791	-0,29%
- Provisões	4.303.860	4.051.061	-5,87%
- Perdas em empresas do grupo associadas	6.348.250	0	-100,00%
- Outros	2.045.479	1.811.678	-11,43%
- Custos e perdas extraordinárias	706.555	65.236	-90,77%
- Imposto sobre o rendimento do exercício	2.880	1.663	-42,26%
PROVEITOS E GANHOS	45.585.664	45.013.290	-1,26%
- Prestações de serviços	32.547.188	31.226.240	-4,06%
- Proveitos suplementares	56.454	22.548	-60,06%
- Subsídios à exploração	10.315.397	10.500.530	1,79%
- Ganhos em empresas do grupo associadas	221.504	358.340	61,78%
- Outros	694.384	1.708.117	145,99%
- Proveitos e ganhos extraordinários	1.750.737	1.197.515	-31,60%
RESUMO			
- Resultado operacional	3.852.398	840.306	-78,19%
- Resultado Financeiro	-7.477.841	254.779	103,41%
- Resultados correntes	-3.625.443	1.095.085	130,21%
- Resultado antes de impostos	-2.581.261	2.227.364	186,29%
- Resultado líquido do exercício	-2.584.141	2.225.701	186,13%



Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, E.P.

BALANÇO ANALÍTICO 2001/2002

(Euros)

	2001	2002	Var. 02/01
ACTIVO	22.027.891,21	23.615.195,56	7,21%
- Imobilizado	16.166.455,48	16.908.226,81	4,59%
- Existências	50.776,44	40.331,85	-20,57%
- Dívidas de terceiros	4.973.793,31	5.843.431,70	17,48%
- Depósitos bancários e caixa	178.667,24	250.537,99	40,23%
- Acréscimos e diferimentos	658.198,74	572.667,21	-12,99%
CAPITAL PRÓPRIO	2.284.764,14	1.501.747,74	-34,27%
PASSIVO	19.743.127,09	22.113.447,82	12,01%
- Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00%
- Dívidas a terceiros	8.194.227,81	9.030.080,11	10,20%
- Acréscimos e diferimentos	11.548.899,28	13.083.367,71	13,29%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2001/2002

(Euros)

	2001	2002	Var. 02/01
CUSTOS E PERDAS	27.263.886,29	29.695.805,97	8,92%
- Custo mercadorias vendidas e consumidas	21.798.859,40	24.237.098,10	11,19%
- Fornecimento e serviços externos	1.773.300,80	1.486.209,85	-16,19%
- Custos com Pessoal	2.229.985,87	2.339.899,30	4,93%
- Amort. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	1.174.157,49	1.286.569,94	9,57%
- Provisões	0,00	74.633,49	100,00%
- Impostos	12.494,00	14.332,01	14,71%
- Juros e custos similares relativos empresas grupo	238.038,27	236.123,02	-0,80%
- Custos e perdas extraordinárias	37.050,46	20.055,32	-45,87%
- Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	884,94	100,00%
PROVEITOS E GANHOS	27.202.563,72	29.101.866,88	6,98%
- Vendas	25.715.616,97	27.724.468,16	7,81%
- Proveitos Suplementares	36.496,69	31.066,42	-14,88%
- Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00%
- Outros juros e proveitos similares relativos empresas grupo	107.618,36	1.458,61	-98,64%
- Proveitos e ganhos extraordinários	1.342.831,70	1.344.873,69	0,15%

(Euros)

	2001	2002	Var. 02/01
RESUMO			
- Resultado operacional	-1.236.683,90	-1.683.208,11	36,11%
- Resultado Financeiro	-130.419,91	-234.664,41	79,93%
- Resultados correntes	-1.367.103,81	-1.917.872,52	40,29%
- Resultado antes de impostos	-61.322,57	-593.054,15	1067,11%
- Resultado líquido do exercício	-61.322,57	-593.939,09	1068,55%



C) Administração Local

Os municípios da Região Autónoma dos Açores registaram em 2002 um importante crescimento no volume de verbas movimentadas, traduzido por um aumento de 43% nas receitas e de 35% nas despesas, conforme demonstra o quadro resumo abaixo apresentado, onde se podem observar a estrutura das principais receitas e despesas municipais na Região Autónoma dos Açores, bem como a evolução das receitas e despesas municipais no período 2000 – 2002.

RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

Receitas	2000		2001		2002		2001 / 02 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Receitas Locais	17.990	14	20.791	13	27.956	12	34
Fundos OE	60.811	49	71.659	44	82.414	36	15
Fundos Comunitários	18.014	14	29.120	18	50.702	22	74
Transferências Gov Regional	8.916	7	8.400	5	7.401	3	-12
Outras Transferências	1.339	1	4.171	3	7.863	3	89
Empréstimos	17.818	14	28.147	17	55.081	24	96
Totais	124.887	100	162.290	100	231.418	100	43
Despesas	2000		2001		2002		2001 / 02 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Pessoal	31.507	25	34.695	21	36.850	17	6
Bens e Serviços	13.531	11	15.669	10	17.955	8	15
Juros	1.587	1	2.740	2	2.859	1	4
Amortizações	7.295	6	5.697	4	11.622	5	104
Investimentos	63.581	51	93.244	58	134.048	62	44
Transferências	6.280	5	8.206	5	9.382	4	14
Outras Despesas	539	0	1.495	1	5.141	2	244
Totais	124.320	100	161.746	100	217.858	100	35



Observando o quadro relativo às receitas, podemos concluir que as transferências dos fundos comunitários e os empréstimos foram sem dúvida os principais responsáveis pelo aumento de 43% verificado na receita global. Os empréstimos quase duplicaram e os fundos comunitários registaram 74% de crescimento. Os 89% de aumento em “Outras Transferências” pouco contribuíram, já que representam apenas 3% da receita total.

No que respeita aos empréstimos, o aumento de 96% registado não se traduziu, todavia, em idêntico aumento do endividamento, pois este “apenas” aumentou 45%.

O aumento da dívida bancária é sem dúvida elevado e justifica-se pelo facto de no final de 2002 os municípios terem intensificado a contracção de empréstimos, antecipando-se às restrições de endividamento que entretanto entraram em vigor em 2003.

Registe-se, ainda, o crescimento de 34% nas receitas locais, um valor elevado, atendendo à sua natureza.

Nas despesas, e atendendo ao elevado crescimento das receitas de capital (fundos comunitários, empréstimos e parte dos fundos do orçamento do estado), justifica-se o crescimento de 44% nos investimentos. Mesmo assim, uma parte importante das receitas (13,6 milhões de euros) não foi gasta em 2002, transitando em saldo para 2003. Isto significa que o investimento poderia ter sido ainda maior, atingindo



valores perto dos 150 milhões de euros, em vez dos 134 milhões registados.

As despesas de pessoal tiveram um crescimento de 6%, atendendo aos aumentos de vencimento de 2002, que naturalmente foram inferiores, o que poderá indicar um ligeiro aumento de efectivos.

O aumento de 104% registado nas amortizações de empréstimos mostra que uma parte importante dos empréstimos contraídos destinou-se apenas à substituição de outros já existentes, visando a obtenção de melhores condições do serviço da dívida.



IV - JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa para 2004 foi elaborada com base nos critérios já utilizados em anos anteriores, com os ajustamentos necessários à realidade actual das finanças públicas regional e nacional, bem como do enquadramento económico que as condiciona.

No que concerne à receita, as estimativas efectuadas para a generalidade da mesma obedece a critérios semelhantes aos utilizados anteriormente. No caso particular das receitas fiscais, a previsão parte da base utilizada na proposta de Orçamento do Estado para 2004, acrescida pontualmente de verbas extraordinárias que o Governo Regional prevê arrecadar no decurso do próximo ano, decorrentes dos trabalhos já realizados pelo Grupo Técnico de Trabalho criado junto do Ministério das Finanças, com representantes das duas Regiões Autónomas, tendo como objectivo apurar, relativamente a alguns impostos, se as Regiões estão a receber a totalidade da receita gerada nas mesmas.

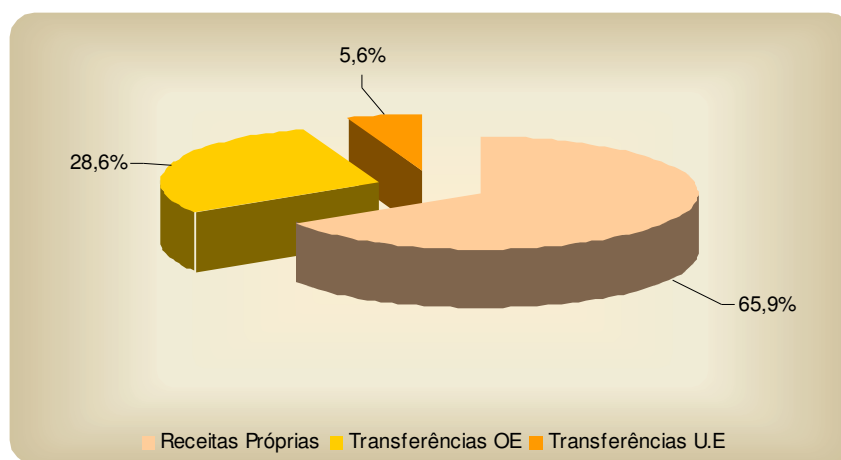
Relativamente à despesa, as previsões seguem critérios igualmente semelhantes aos utilizados em anos anteriores, destacando-se, contudo, o reforço do peso relativo das despesas de investimento no total da despesa por contrapartida de uma redução do peso das despesas de funcionamento.



A) Orçamento da Receita

A previsão de receita global para o ano de 2004 atinge os 1.100,8 milhões de euros, menos 0,4% do que o valor orçamentado em 2003. Não incluindo as contas de ordem, a receita efectiva prevê uma verba de 808,6 milhões de euros, mais 6,3% do que o valor revisto do orçamento do corrente ano.

As principais fontes de financiamento do orçamento regional são constituídas pelas receitas próprias, com uma verba estimada de 532,5 milhões de euros, pelas transferências do Orçamento do Estado, previstas em 231,1 milhões de euros e pelas transferências da União Europeia, com uma previsão de 45 milhões de euros.



Salienta-se o facto de, à semelhança do ocorrido em 2003, a Região continuar a não dispor de capacidade de endividamento líquido para o ano de 2004, o que aliado à não existência de amortizações no próximo ano,



impossibilita a inscrição de qualquer montante como receita na rubrica de passivos financeiros, em 2004.

No âmbito das receitas próprias merecem destaque especial as receitas fiscais, as quais, ao atingirem uma previsão global de 459 milhões de euros, traduzem uma taxa de crescimento de 5,6%, relativamente às respectivas verbas previstas para o corrente ano.

Os impostos directos registam uma previsão global de 144,8 milhões de euros, mais 17,6% do que os valores previstos para o corrente ano. É importante salientar que esta significativa taxa de crescimento, como a de outros impostos que adiante se referirá, resulta dos trabalhos já desenvolvidos pelo Grupo Técnico constituído no âmbito do Ministério das Finanças, com representantes das duas Regiões Autónomas, cujo objectivo é o de apurar as receitas de alguns impostos que efectivamente pertencem às duas Regiões e que não estejam a ser transferidas para as mesmas.

Inserem-se no âmbito do referido Grupo os dois impostos directos mais significativos – o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Para o IRS prevê-se uma receita para 2004 de 108,7 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 20,5%, relativamente à estimativa de arrecadação deste imposto para o corrente ano. Importa, contudo, referir que esta previsão contempla uma taxa de crescimento implícita de apenas 5% sobre a execução prevista do IRS no final deste ano.



Excepcionalmente, foi contemplada uma verba adicional, no valor de 14 milhões de euros, inscrita pela primeira vez, relativa ao IRS dos funcionários públicos que trabalham em Serviços do Estado localizados na Região e que aqui residem. Este imposto apesar de pertencer à Região, por nela se verificar o facto gerador do mesmo, não nos tem sido afectado por dificuldades dos Serviços Tributários do Estado em identificarem o mesmo. Estamos convictos que esta situação, altamente prejudicial aos legítimos direitos da Região, será ultrapassada rapidamente, pelo que, estima-se uma receita acrescida no IRS de 7 milhões de euros para 2004 e de igual montante reportado a 2003.

Por razões de prudência orçamental não se consideram acertos relativos a anos anteriores. Contudo, em defesa dos interesses da Região, o Governo Regional promoverá as diligências necessárias para recuperar o IRS devido mas não transferido para a Região.

Na previsão de arrecadação deste imposto está, igualmente pela primeira vez, considerada a receita devida pelos prémios dos jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos a residentes nesta Região, montante que nesta fase não é possível quantificar.

O valor previsto para o IRC atinge os 35,3 milhões de euros, mais 10,8% do que o montante estimado de arrecadação para o corrente ano. A previsão efectuada em sede deste imposto considera para 2004 uma arrecadação base igual à esperada para o corrente ano, acrescida de uma verba adicional de 3,5 milhões de euros.



O montante extraordinário do IRC previsto para 2004 abrange o impacto que se registará em sede do Pagamento Especial por Conta (PEC) cobrado no final do corrente ano, pois o mesmo só se reflectirá na receita da Região do próximo ano. A receita deste imposto deverá, ainda, em 2004, abranger o montante correspondente aos 30% da taxa do IRC devido pelo sector financeiro, na sequencia da Decisão da Comissão Europeia sobre a redução fiscal ocorrida na Região em sede do IRC. Tal como já referido, em sede de IRS, também ao nível do IRC é expectável uma receita acrescida devida pelas sociedades com sede noutra circunscrição, mas com actividade e estabelecimento estável na Região, sendo nossa convicção de que nem todos os agentes económicos nos estarão a afectar o respectivo imposto na proporção da actividade desenvolvida nos Açores. Estão em curso diligências, no âmbito do Grupo Técnico já referido, no sentido de se apurarem os valores em causa e promover os respectivos acertos.

A previsão global da receita dos impostos indirectos foi estimada em 312,4 milhões de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 4,7%, relativamente à estimativa de execução no final do corrente ano.

Seguidamente procede-se à justificação orçamental das previsões efectuadas aos impostos indirectos com maior peso neste capítulo da receita.

O imposto mais significativo no âmbito dos impostos indirectos é o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) com uma previsão 240,3



milhões de euros, menos 3,4% do que o valor orçamentado para o corrente ano. É importante salientar que a estimativa deste imposto é obtida pela capitação do mesmo, pelo que a sua evolução decorre das previsões efectuadas pelo Governo da República em sede de Orçamento do Estado.

O Imposto de Consumo sobre o Tabaco regista uma previsão orçamental de 22,1 milhões de euros, mais 20,1% do que o valor estimado de execução para o corrente ano. Esta previsão contempla uma taxa de crescimento de 4% sobre a estimativa de execução, sendo a diferença para o total orçamentado decorrente da alteração do valor do “Elemento Específico” a vigorar na Região, no próximo ano.

Para o Imposto Automóvel prevê-se uma receita de 12 milhões de euros, mais 4% do que a estimativa de execução para 2003. Esta evolução segue a previsão nacional para este imposto, esperando-se para o próximo ano uma recuperação do sector automóvel que compense a quebra registada ao longo do corrente ano.

O Imposto de Selo contempla uma previsão de 24,3 milhões de euros, mais 35% sobre a estimativa de execução para o corrente ano. Esta previsão tem implícita uma taxa de crescimento de 7% sobre a arrecadação prevista para 2003, acrescida de uma verba adicional, inscrita pela primeira vez, no valor de 5 milhões de euros. Este montante, que se reporta aos anos de 2003 e de 2004, abrange o imposto que, apesar de pertencer à Região, não tem sido transferido, por ser pago em tesourarias da Fazenda Pública



não localizadas na Região, ou, nos balcões dos CTT. Este assunto, está igualmente a ser tratado no âmbito do já referido Grupo de Trabalho.

Para o Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas prevê-se uma verba de 13,3 milhões de euros. Esta estimativa assenta numa previsão de 7,5 milhões de euros como receita a arrecadar em 2004, na expectativa de que, à semelhança do que está previsto na proposta de OE para o próximo ano, para a Região Autónoma da Madeira, vigore igualmente para os Açores o regime obrigatório suspensivo de circulação dos bens sujeitos a este imposto.

A previsão efectuada para 2004 prevê, ainda, uma verba extraordinária de 5,8 milhões de euros, resultante de um acerto relativo ao ano de 2003, que, por razões de prudência orçamental não contempla anos anteriores, sendo, no entanto, intenção do Governo Regional exigir acertos deste imposto relativamente a anos anteriores.

Finalmente, ainda no âmbito das receitas próprias, merecem destaque especial as verbas referentes às estimativas efectuadas de arrecadação de receitas relativas à alienação de parte do capital social da EDA – Electricidade dos Açores, SA, e à alienação da participação da Região no capital social da VerdeGolf, SA.

As Transferências do Orçamento do Estado deverão atingir o valor de 231,1 milhões de euros, traduzindo uma taxa de crescimento de 5,1% relativamente ao valor previsto para o corrente ano.



O valor destas transferências está aquém das expectativas do Governo Regional, em virtude do valor da comparticipação do Governo da República no processo de reconstrução das ilhas do Faial e do Pico afectadas pelo sismo de 1998, constante da proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano, ser de apenas 20 milhões de euros.

O valor das transferências provenientes da União Europeia está estimado em 45 milhões de euros. Esta previsão foi efectuada tendo em conta que uma parte crescente dos investimentos públicos está a ser desenvolvida pelo sector público empresarial da Região, deixando, assim, as respectivas comparticipações comunitárias de constituir receita do ORAA, passando a estarem consignadas, em contas de ordem, às sociedades respectivas.

As contas de ordem atingem uma previsão orçamental de 292,2 milhões de euros, menos 15,1% do que o valor previsto para o corrente ano.

O valor global das contas de ordem integra 46,2 milhões de euros, respeitante às receitas próprias dos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e 246 milhões de euros de receitas consignadas a outras entidades.

No âmbito dos fundos e serviços autónomos destaca-se, essencialmente, o valor de 33,1 milhões de euros, previsto para o Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, salientando-se o facto de,



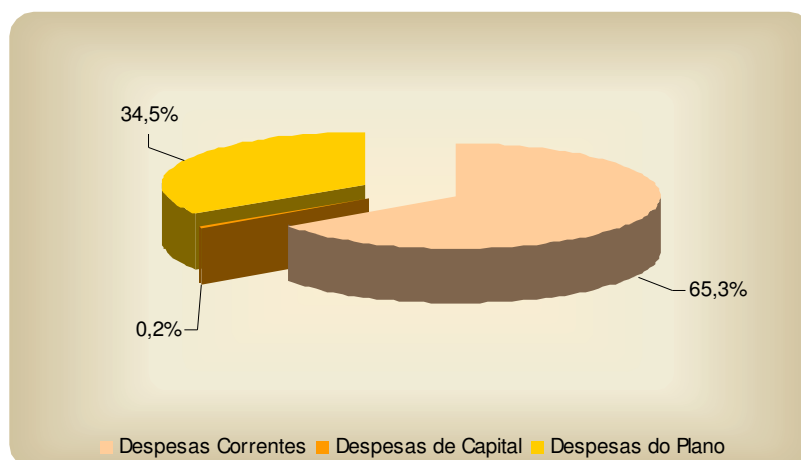
para 2004, não constarem as verbas relativas às três ex-Juntas Autónomas dos Portos.

No que concerne às receitas consignadas destacam-se as verbas transferidas do Estado destinadas às Autarquias da Região, no montante de 93,4 milhões de euros, o valor estimado de fundos do Prodesa – Feder destinado a Autarquias e ao sector público empresarial regional no montante de 50 milhões de euros e as verbas consignadas a entidades privadas regionais que executam projectos no âmbito de programas nacionais de incentivos co-financiados por fundos da União Europeia, no montante de 26,5 milhões de euros.

B) Orçamento da Despesa

O valor global da despesa prevista para 2004 atinge uma dotação de 1.100,8 milhões de euros, menos 0,4% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Não considerando o valor das contas de ordem, a despesa fica-se pelos 808,6 milhões de euros, mais 6,3% do que em 2003.

No que respeita à estruturação da despesa global, sem contas de ordem, no âmbito da respectiva classificação económica, apresenta-se, de seguida, um gráfico demonstrativo do peso relativo que detêm as despesas correntes, as despesas de capital e as despesas de investimento no respectivo total.



Como é possível observar são as despesas correntes o agregado da despesa mais significativo, com um peso de 65,3% do respectivo total. No entanto, é importante salientar que em 2003, as despesas correntes representavam 69,2% do total da despesa, significando esta tendência uma diminuição, que consideramos desejável, do peso deste tipo de despesas entre 2003 e 2004.

No que concerne às despesas de investimento, as mesmas representam, em 2004, 34,5% do respectivo total, enquanto que no ano anterior detinham um peso de 30,2%.

Constata-se, assim, que a presente proposta de orçamento reforça o peso relativo das despesas de investimento em detrimento das despesas correntes, numa linha de contenção destas e de afectação crescente de meios financeiros para o plano de investimentos da Região.



As despesas correntes atingem uma previsão orçamental de 528 milhões de euros, mais 0,4% do que o valor do orçamento revisto para o corrente ano.

No âmbito destas despesas destacam-se, essencialmente, dois agrupamentos económicos – as despesas com pessoal e as transferências correntes – os quais, em conjunto, representam 91,3% do respectivo total.

As despesas com pessoal atingem uma dotação global de 263,3 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 0,4% relativamente ao valor do orçamento revisto de 2003. Importa, contudo, salientar que o valor desta previsão considera uma taxa de crescimento implícita de 3,5% sobre a estimativa de execução no final do corrente ano. Consideramos, assim, que o valor destas despesas previsto para 2004 será suficiente para fazer face aos encargos que resultarão da evolução, ainda incerta, dos salários e progressões na função pública.

O valor das transferências correntes previsto para 2004 atinge os 218,8 milhões de euros, mais 1,8% do que o valor do orçamento revisto do ano anterior.

Este agrupamento económico tem implícita uma taxa de crescimento de 2,5% sobre a execução prevista no final do corrente ano e contempla, fundamentalmente, as verbas transferidas para os organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, dos quais se salientam as verbas destinadas ao serviços integrados no âmbito do Serviço Regional de Saúde (SRS), no montante global de 171 milhões de euros, bem como as



dotações necessárias ao pagamento dos complementos de pensões, estimados em 21,2 milhões de euros.

Para o agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes estima-se um valor de 15,4 milhões de euros, menos 1,1% do que o montante do orçamento revisto do corrente ano. Em sede de previsão orçamental existiu a preocupação de promover a contenção deste tipo de despesas, considerando-se uma variação negativa para 2004, sem, no entanto, por em causa o regular funcionamento dos serviços da administração pública regional.

Os encargos correntes da dívida atingem uma dotação de 9 milhões de euros, menos 30,8% do que a dotação prevista para o corrente ano. Esta variação decorre das últimas estimativas de execução no final de 2003, prevendo-se que a mesma fica aquém do valor então orçamentado, bem como das expectativas de evolução moderadas que se espera para os mercados de capitais na zona Euro, sabendo-se que o stock da dívida não se alterará até ao final de 2004.

As outras despesas correntes atingem uma previsão de 21,5 milhões de euros, mais 4,8% do que o valor da dotação revista no corrente ano.

O valor previsto neste agrupamento económico, apesar de ter algum significado, em termos do seu montante, integra, essencialmente, duas verbas significativas. A dotação provisional, praticamente no mesmo montante de 2003, inscrita no orçamento do Gabinete do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, como reserva a



ser utilizada apenas nos casos excepcionais que a lei prevê e a transferência a efectuar para o orçamento privativo da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

As despesas de capital atingem uma previsão de 1,8 milhões de euros, menos 63,4% do que o valor do orçamento revisto de 2003.

No âmbito destas despesas, registam-se decréscimos nos agrupamentos económicos das despesas com a aquisição de bens de capital e das transferências de capital, apenas se registando um acréscimo no agrupamento económico das outras despesas de capital.

A aquisição de bens de capital, com uma dotação prevista de 1,5 milhões de euros, traduz um decréscimo de 21,2% relativamente a 2003, na mesma linha da evolução já referida para a aquisição de bens e serviços correntes, mas, neste caso, de forma mais evidente.

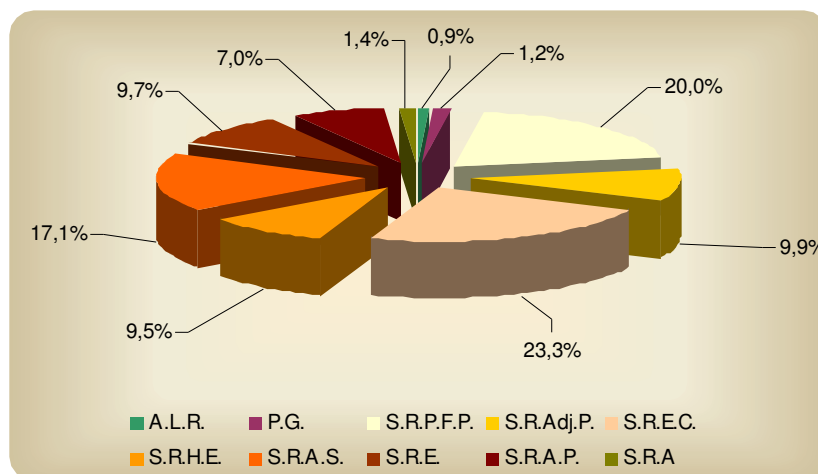
As outras despesas de capital atingem uma dotação de 0,3 milhões de euros, mais 18,7% do que o valor do orçamento revisto do corrente, sendo a totalidade do seu montante destinado ao financiamento das despesas de capital do orçamento privativo da Assembleia legislativa Regional dos Açores.

Classificação Orgânica

Esta classificação das despesas evidência as dotações orçamentais desagregadas pelos diversos departamentos do governo regional.



O gráfico seguinte apresenta essa desagregação orgânica das despesas totais pelos diferentes departamentos, incluindo as contas de ordem.



Do gráfico conclui-se que a Secretaria Regional da Educação e cultura apresenta o maior volume de despesa atingindo a dotação global de 256,6 milhões de euros, o que representa um peso relativo de 23,3% do total da despesa orçamentada para 2004. No âmbito deste Departamento Regional destaca-se a Direcção Regional da Educação, com uma dotação de 191,7 milhões de euros, a qual representa 74,7% do respectivo total.

Com uma dotação igualmente significativa temos o Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento o qual, com uma previsão de 219,7 milhões de euros, representa 20% do total da despesa.



A verba mais representativa no âmbito deste Departamento é a destinada às contas de ordem, com 122,2 milhões de euros, destacando-se a dotação prevista para o Feder consignado a outras entidades, no valor de 50 milhões de euros, a verba prevista como co-financiamento do FSE, no valor de 30 milhões de euros e a verba prevista no âmbito do Feoga, no valor de 15 milhões de euros, representando os três, em conjunto, 77,7% do total das contas de ordem afectas a este Departamento.

Ainda no âmbito deste Departamento destaca-se a dotação afecta ao Plano de Investimentos, no valor de 49,4 milhões de euros, dos quais 42 milhões de euros estão destinados à Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional. Merece igualmente destaque a verba de 45 milhões de euros, afecta ao Gabinete do Secretário, onde estão incluídos os encargos com os complementos de pensões, os encargos com o serviço da dívida e a dotação provisional.

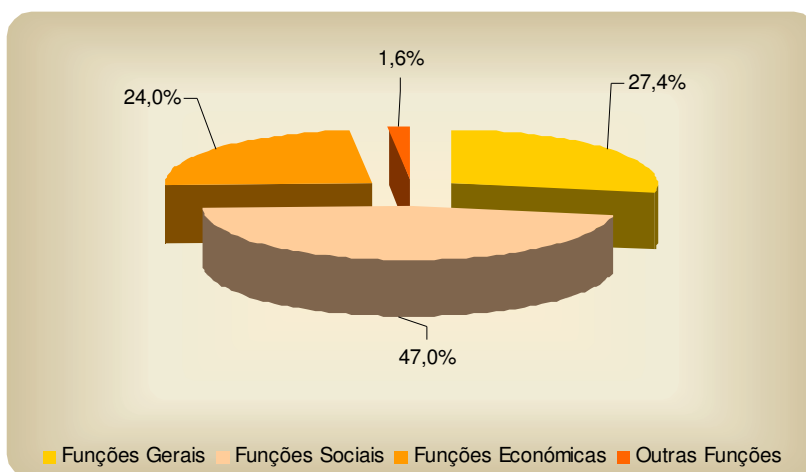
Dos restantes departamentos regionais salienta-se a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com uma dotação global de 188,4 milhões de euros, o que representa um peso de 17,1% do total da despesa. Destaca-se a verba afecta ao Serviço Regional de Saúde, no montante de 171 milhões de euros.

Classificação Funcional

Este tipo de classificação das despesas públicas estrutura as mesmas de acordo com as principais funções que ao Estado cabe desempenhar.



O gráfico seguinte apresenta a despesa total desagregada de acordo com este tipo de classificação.



Do gráfico resulta que são as funções sociais, com uma dotação de 517,8 milhões de euros, as que detêm o peso relativo mais significativo, representando as mesmas 47% do total da despesa. Dentro desta função destaca-se a Educação e a Saúde com 222,8 e 180,4 milhões de euros, respectivamente.

No contexto das funções gerais de soberania salienta-se a dotação de 301,8 milhões de euros afecta aos serviços gerais da administração pública, com um peso de 27,4% do total da despesa.

Finalmente, as funções económicas apresentam uma dotação global de 263,8 milhões de euros, representando 24% do total da despesa. No âmbito destas funções o sector mais representativo é o da agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca, com uma dotação de 76,7 milhões de euros.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Impostos directos	0	Despesas pessoal	145.562.408
Impostos indirectos	33.241.441	Aq. de bens e serviços correntes	107.431.713
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	140.700.000	Encargos correntes da dívida	3.088.693
Txs,multas e outras penalidades	5.516.309	Transferências	111.190.401
Rend. de propriedades	113.200	Subsídios	27.114.634
Transferências	291.391.898	Outras despesas correntes	8.702.679
Venda de bens e serviços correntes	43.541.760		
Outras receitas correntes	4.693.236		
Receitas Correntes	519.197.844	Despesas Correntes	403.090.528
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
Venda de bens de investimento	46.392	Aquisição de bens de capital	17.665.461
Transferências	38.551.851	Transferências de Capital	133.841.122
Activos financeiros	250.000	Activos financeiros	300.000
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	0
Outras receitas de capital	0	Outras despesas de capital	3.805.984
Recursos próprios comunitários	0		
Receitas de Capital	38.848.243	Despesas de Capital	155.612.567
SUB-TOTAL	558.046.087	SUB-TOTAL	558.703.095
Reposições	17.048	Operações extra-orçamentais	6.009.759
Saldo da gerência anterior	638.960		
Operações extra-orçamentais	6.010.759		
TOTAL	564.712.854	TOTAL	564.712.854

Classificação Económica

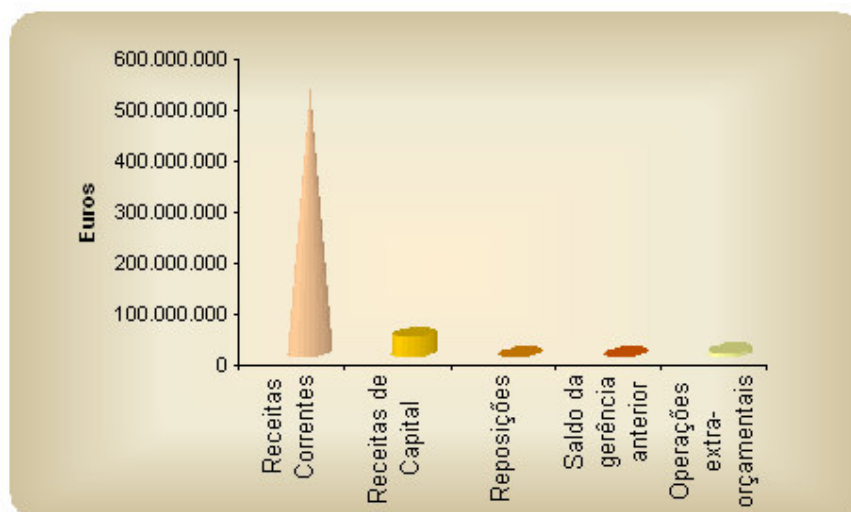
Da análise ao orçamento consolidado dos FSA para 2004, patente no quadro atrás mencionado, constata-se uma previsão da receita e despesa de 564,7 milhões de euros, valor este que traduz um decréscimo de 8,6% relativamente ao ano de 2003.

A análise à estrutura da receita, permite concluir que as receitas correntes são responsáveis por 92,0 % da receita total, enquanto que as receitas de capital representam apenas 6,8%. Os restantes 1,2% dizem



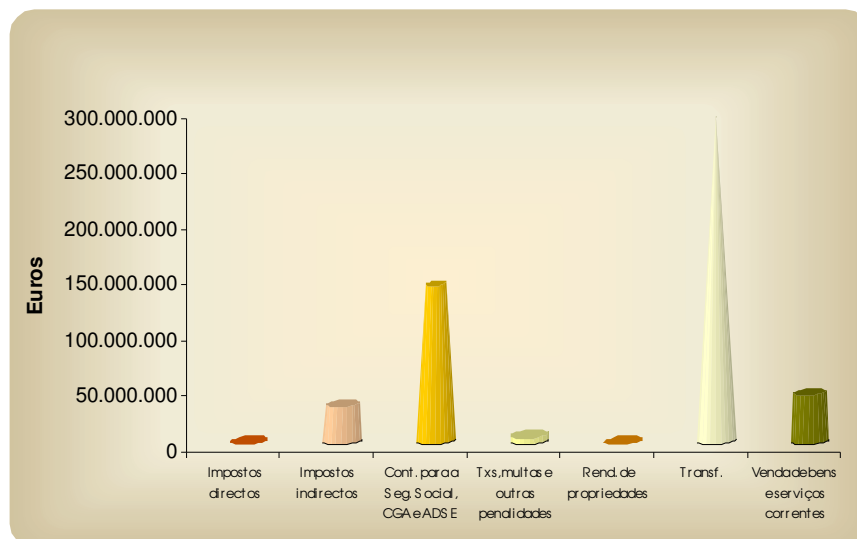
respeito a reposições, saldo da gerência anterior e operações extra-orçamentais, conforme explicitado no gráfico seguinte.

Estrutura da Receita



Dos 519,2 milhões de euros de receitas correntes, 56,1% dizem respeito a transferências correntes e 27,1% a contribuições para a segurança social, CGA e ADSE. As restantes componentes da receita corrente, equivalem a 16,8% do total, conforme gráfico infra.

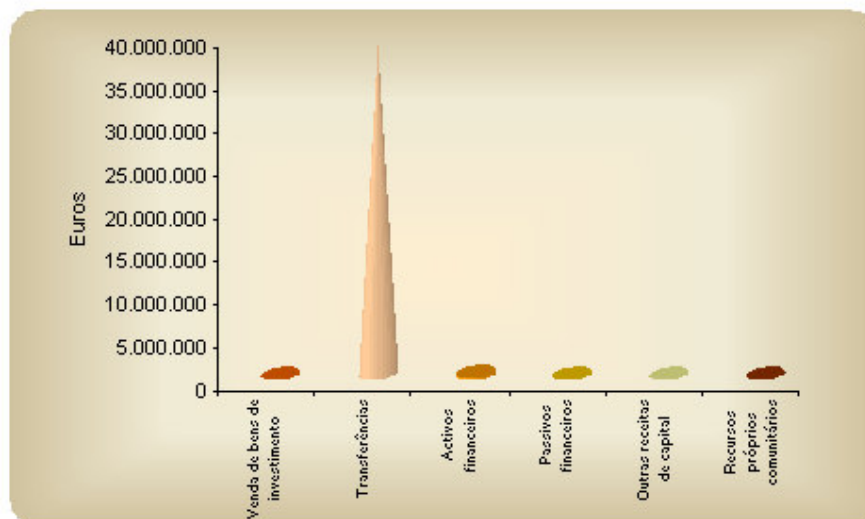
Desagregação da Receita Corrente





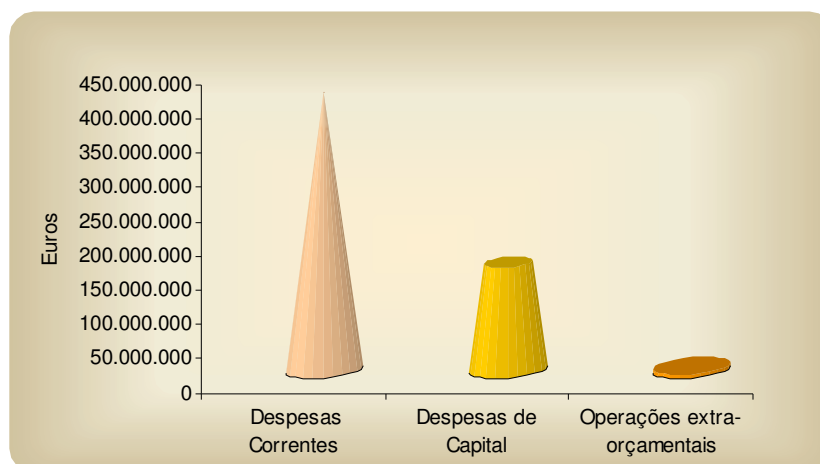
Nas receitas de capital destacam-se as transferências com um peso de 99,2%, conforme se ilustra no gráfico seguinte.

Desagregação da Receita de Capital



No que concerne à estrutura da despesa, ressalva-se o facto de 71,5% serem despesas correntes, 27,4% despesas de capital e os restantes 1,1% operações extra-orçamentais, conforme se explicita de seguida graficamente.

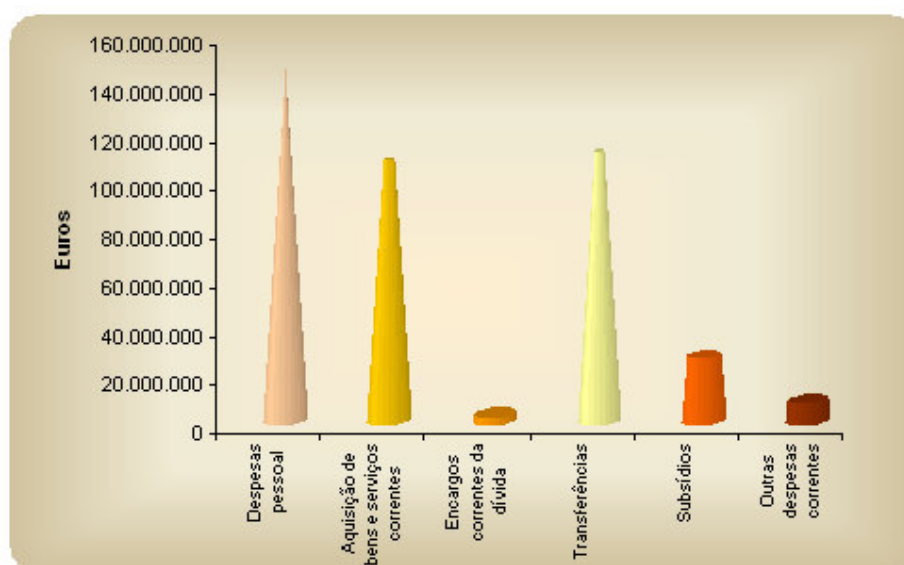
Estrutura da Despesa





A rubrica que mais se destaca nas despesas correntes é a das despesas com pessoal com 35,7%. Relativamente às transferências e à aquisição de bens e serviços correntes, estas apresentam pesos similares, respectivamente 27,3% e 27,4%.

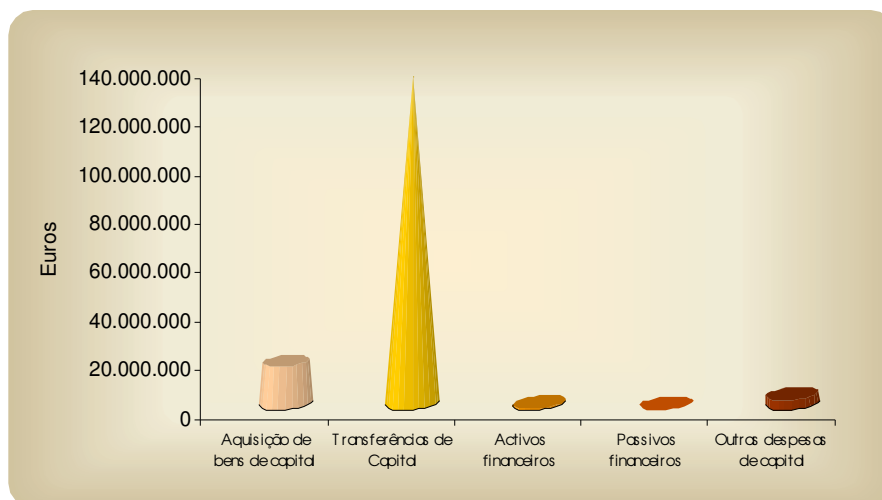
Desagregação da Despesa Corrente



Dos 155,6 milhões de euros orçamentados para as despesas de capital, 86,0% dizem respeito a transferências de capital, ficando os restantes 14,0% afectos às restantes rubricas, conforme gráfico seguinte.



Desagregação da Despesa de Capital



Classificação Orgânica

Nos fundos dependentes da Secretaria Regional da Educação e Cultura, destacam-se os 44 fundos escolares que representam 55,7% do total de fundos, que aliados aos restantes 4 fundos dependentes desta Secretaria, representam apenas 7,5% do total orçamentado. De referir que no decorrer do corrente ano foi extinto o Fundo Regional de Acção Social Escolar.

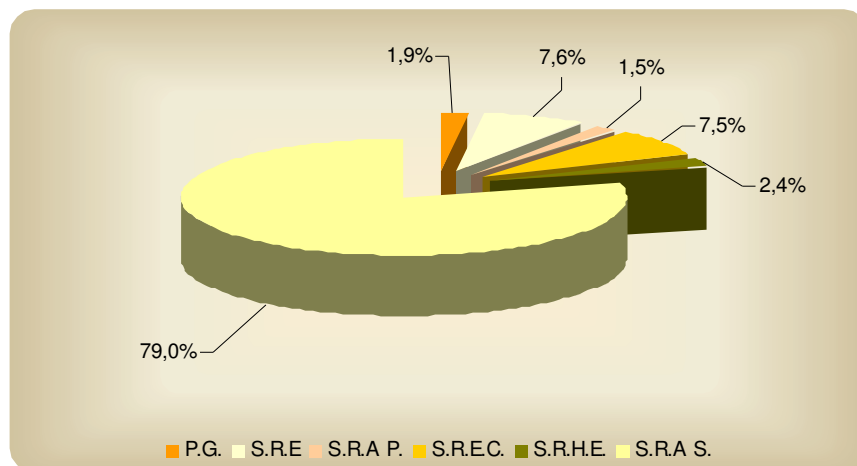
Por oposição à situação referida no ponto anterior, destaca-se a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que com 30,4% dos fundos, tem afecto 79,0% das despesas orçamentadas para os FSA. Dos 24 fundos dependentes desta Secretaria Regional, os que se destacam pelo seu peso no orçamento afecto a este departamento são:



- Centro de Gestão Financeira da Segurança Social – 31,9%
- Instituto de Regimes da Segurança Social – 16,2%
- Hospital de Ponta Delgada – 14,2%
- Hospital de Angra do Heroísmo – 8,4%
- Hospital da Horta – 5,4%

Graficamente, a proporção que cada Secretaria Regional assume no total do orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos, é a apresentada de seguida.

Despesas Globais – Classificação Orgânica





Classificação Funcional

Segundo esta classificação, são as despesas afectas às funções sociais que mais se destacam, representando 83,4% do total da despesa.

A proporção que cada função de carácter social assume do total destas, é de:

- Educação – 4,0%
- Saúde – 48,1% (40,1% do total das despesas globais)
- Segurança e Acções Sociais – 46,7% (38,9% do total das despesas globais)
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 1,0%

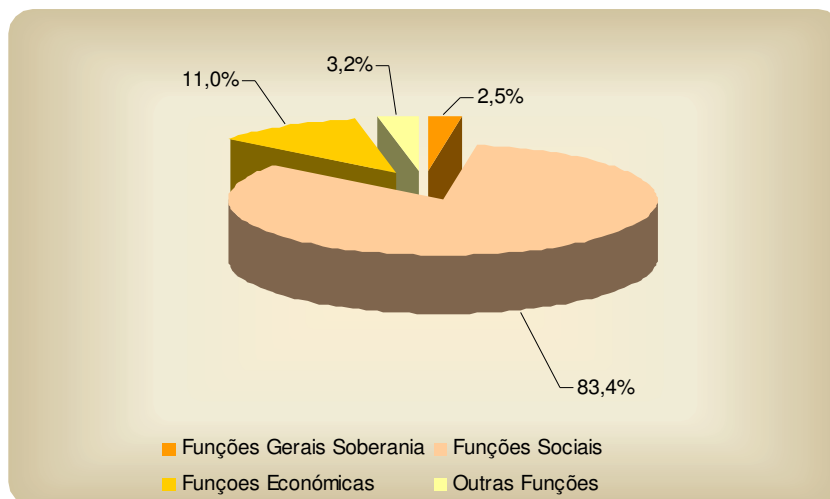
As funções económicas são as que, a seguir às funções sociais, apresentam um maior peso no total das despesas globais, 11,0% , desagregadas do seguinte modo:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 13,8%
- Indústria e Energia – 69,5%
- Transportes e Comunicações – 16,7%

A desagregação da despesa, segundo a classificação funcional é a que se apresenta de seguida:



Despesa Total – Classificação Funcional



C) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

Em termos consolidados, contemplando-se todos os serviços regionais, incluindo os organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, o orçamento do sector público administrativo para 2004 atinge o valor de 1.378,1 milhões de euros.

No quadro resumo que apresenta os valores do orçamento consolidado considera-se nas despesas de capital o montante das despesas de investimento previstas para o próximo ano

As receitas correntes atingem o valor global de 777,1 milhões de euros, montante que financia a totalidade das despesas correntes, no valor



de 730,5 milhões de euros, libertando fundos para financiar parte das despesas de capital.

Nas receitas correntes, o agregado mais representativo é o das receitas fiscais, com uma dotação estimada em 497,8 milhões de euros.

As receitas de capital, atingem o valor de 299,4 milhões de euros.

No contexto das despesas correntes, destaca-se o valor de 411,6 milhões de euros previsto para as despesas com pessoal.

ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

(em milhões de euros)

Designação	Consolidado
Receitas Correntes	777,1
Receitas Fiscais	497,8
Outras	279,3
Receitas de Capital	299,4
Outras Receitas	3,4
Operações extra-orçamentais	298,2
Total da Receita	1.378,1
Despesas Correntes	730,5
Despesas com Pessoal	411,6
Outras	318,9
Despesas de Capital	349,4
Operações extra-orçamentais	298,2
Total da Despesa	1.378,1



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

Dívida Directa

A 31 de Dezembro de 2002 a dívida pública da Região Autónoma dos Açores não apresentava qualquer alteração, face ao valor registado no período homólogo do ano anterior, mantendo-se nos 275 milhões de euros, facto este, que se deveu a imposições legais, por parte do Governo da República, que impossibilitaram a Região a contrair empréstimos.

Os encargos da dívida pública, para o corrente ano, serão apenas os correspondentes aos juros, cujo valor se estima que atinja os 8 milhões de euros, conforme quadro infra.

Encargos da Dívida Pública

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros Encargos	Total
1996	20.843	12.788	894	34.525
1997	19.823	15.471	1.064	36.358
1998	14.959	0	51	15.010
1999	6.414	10.964	14	17.392
2000	10.299	0	39	10.338
2001	9.376	60.548	91	70.015
2002	9.057	26.659	16	35.732
2003*	8.000	0	0	8.000

* Estimativa



Dívida Indirecta

A 31 de Dezembro de 2002 a responsabilidade por avales da Região Autónoma dos Açores, era de 100,6 milhões de euros, conforme explicitado no quadro seguinte.

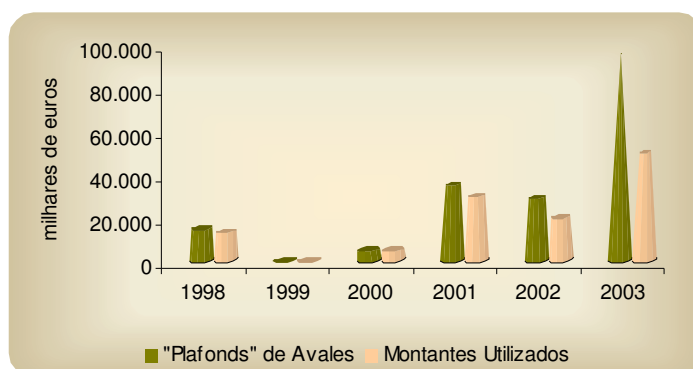
	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
Sector Público Empresarial	143.272.959,85	95.362.670,31
Fundos e Serviços Autónomos	8.978.362,15	5.237.378,00
Total	152.251.322,00	100.600.048,31

Da análise do quadro anterior, ressalva-se que a responsabilidade de avales afecta ao Sector Público Empresarial Regional representa 94,8% do total, e os restantes 6,2% aos Fundos e Serviços Autónomos.

Os “plafonds” de avales e a sua utilização, até à data, encontram-se patentes no quadro e gráfico seguinte.

(Milhares de Euros)

Anos	"Plafonds" de Avales	Montantes Utilizados
1998	14.964	13.468
1999	0	0
2000	4.988	4.988
2001	35.415	30.000
2002	29.000	20.000
2003	95.000	50.000





Da análise aos elementos estatísticos acima apresentados, conclui-se:

- Com exceção do ano de 2000, os montantes de “plafonds” de avales aprovados, nunca foram totalmente utilizados;
- A taxa de utilização dos referidos “plafonds”, variaram entre os 68,9% em 2002 e os 100% em 2000;
- No ano de 2003, e até à data de elaboração deste orçamento, foi concedido apenas um único aval, uma operação de crédito no montante de 50 milhões de euros, cuja entidade beneficiária foi a SPRHI, S.A. – Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas, e que se destinou a financiar o Programa de Reabilitação das habitações danificadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998, nas Ilhas do Faial e Pico.



Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

QUADROS SÍNTESES



QUADRO I
SÍNTESE DAS CONTAS DA R.A.A.
(sem incluir "Contas de Ordem")

(Euros)

DESIGNAÇÃO	1999	2000	2001	2002
DESPESAS	632.869.783	663.476.640	702.229.479	728.556.721
. CORRENTES	<u>372.846.440</u>	<u>429.895.957</u>	<u>435.552.836</u>	<u>482.900.120</u>
.. Com a Educação	141.698.507	158.685.309	170.675.125	182.075.797
%	38,0%	36,9%	39,2%	37,7%
.. Com a Saúde	132.730.120	145.515.418	129.410.049	155.876.116
%	35,6%	33,8%	29,7%	32,3%
. CAPITAL	<u>15.557.506</u>	<u>4.902.095</u>	<u>62.243.660</u>	<u>28.787.263</u>
. PLANO	<u>244.465.837</u>	<u>228.678.588</u>	<u>204.432.983</u>	<u>216.869.338</u>
.. Sectores Sociais	108.713.002	101.343.584	90.493.668	100.442.466
%	44,5%	44,3%	44,3%	46,3%
.. Sectores Económicos	135.752.836	127.335.003	113.939.315	116.426.872
%	55,5%	55,7%	55,7%	53,7%
RECEITAS	640.651.031	655.620.909	702.221.394	728.475.275
. CORRENTES	<u>439.635.478</u>	<u>448.416.878</u>	<u>399.330.064</u>	<u>513.744.142</u>
. CAPITAL	<u>201.015.553</u>	<u>207.204.031</u>	<u>302.891.330</u>	<u>214.731.133</u>
.. Transferências do O.E.	110.633.374	128.468.690	138.943.371	104.362.465
(%) Rel. à Receita Capital	55,0%	62,0%	45,9%	48,6%
.. Fundos comunitários	49.485.739	47.889.128	60.020.020	49.568.676
(%) Rel. à Receita Capital	24,6%	23,1%	19,8%	23,1%



QUADRO II

RECEITA TOTAL

(Euros)

DESIGNAÇÃO	1999	2000	2001	2002
1. RECEITAS CORRENTES	439.637.649	448.416.878	399.330.064	513.744.142
. Impostos directos	146.258.520	123.892.784	75.077.639	125.637.992
. Impostos indirectos	228.385.591	277.650.432	272.999.343	292.160.017
. Taxas, multas outras penal.	3.990.183	4.275.236	4.942.890	4.533.070
. Rendimentos de propriedade	900.615	1.373.701	1.133.448	779.361
. Transferências	58.359.354	39.903.832	43.894.215	89.891.910
. Venda de bens e serviços correntes	646.744	679.472	536.231	468.591
. Outras receitas correntes	1.096.643	641.421	746.298	273.201
2. RECEITAS DE CAPITAL	201.014.794	207.204.031	302.891.330	214.731.133
. Venda bens investimento	1.228.023	1.029.554	1.775.592	140.944
. Transferências	160.123.876	176.357.818	198.964.865	153.931.315
. Activos financeiros	1.711.697	1.448.404	1.404.979	1.639.564
. Passivos financeiros	35.863.569	24.939.895	90.730.788	56.587.474
. Outras receitas de capital	624.066	940.786	7.851.077	180.059
. Reposições	1.463.563	2.487.574	2.164.030	2.251.777
3. CONTAS DE ORDEM	189.080.541	167.425.386	205.760.675	310.864.719
TOTAL (1+2)	640.652.443	655.620.909	702.221.394	728.475.275
TOTAL (1+2+3)	829.732.984	823.046.295	907.982.068	1.039.339.994



QUADRO III

DESPESAS TOTAIS

(Euros)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	1999	2000	2001	2002
	DESPESAS CORRENTES	372.847.676	429.895.957	435.552.836	482.900.120
01 00 00	Despesas com pessoal	192.399.553	214.743.424	236.861.359	248.657.370
02 00 00	Aquisição bens e serv. correntes	13.106.184	13.753.653	13.361.066	14.802.607
03 00 00	Encargos correntes da dívida	6.427.709	10.338.488	9.467.165	9.072.921
04 00 00	Transferências correntes	153.359.502	184.137.810	167.086.746	200.634.815
05 00 00	Subsídios	0	0	0	0
06 00 00	Outras despesas correntes	7.554.728	6.922.583	8.776.500	9.732.408
	DESPESAS DE CAPITAL	15.558.742	4.902.095	62.243.660	28.787.263
07 00 00	Aquisição de bens de capital	1.139.334	1.517.013	1.281.659	1.439.546
08 00 00	Transferências de capital	3.121.258	3.110.743	114.174	117.120
09 00 00	Activos financeiros		0	0	0
10 00 00	Passivos financeiros	10.963.956	0	60.547.716	26.659.474
11 00 00	Outras despesas de capital	334.195	274.339	300.110	571.124
	DESPESAS DO PLANO	244.464.975	228.678.589	204.432.983	216.869.338
	SUB-TOTAL	632.871.394	663.476.641	702.229.479	728.556.722
	CONTAS DE ORDEM	181.927.448	163.683.263	192.270.486	323.557.802
	TOTAL	814.798.842	827.159.904	894.499.965	1.052.114.524



QUADRO IV
ESTRUTURA ORÇ. RECEITA

(Euros)

DESIGNAÇÃO	ORAA 2002 (2)	ORAA 2003 (2)	ORAA 2004 (3)	% (3/2)
01. IMPOSTOS DIRECTOS	111.647.288	123.087.000	144.750.000	17,60%
.. IRS	88.702.585	94.022.000	108.700.000	15,61%
.. IRC	22.445.905	28.665.000	35.250.000	22,97%
.. Outros	498.798	400.000	800.000	100,00%
02. IMPOSTOS INDIRECTOS	283.509.918	306.191.908	312.392.000	2,02%
.. Imposto de Selo	12.719.346	17.791.600	24.300.000	36,58%
.. IVA	230.886.740	248.742.800	240.300.000	-3,39%
.. Imposto Automóvel	14.465.139	13.895.830	12.000.000	-13,64%
.. Imp. consumo sobre o tabaco	17.956.724	18.424.000	22.100.000	19,95%
.. Outros	7.481.969	7.337.678	13.692.000	86,60%
03. TAXAS, MULT.E OUT. PEN.	5.486.777	5.293.834	1.900.000	-64,11%
04. TRANSFERÊNCIAS	274.015.482	289.840.120	276.089.259	-4,74%
05. PASSIVOS FINANCEIROS	62.349.737	0	0	
06. OUTRAS RECEITAS	14.963.807	36.117.073	73.500.000	103,50%
SUB-TOTAL	751.973.009	760.529.935	808.631.259	6,32%
CONTAS DE ORDEM	216.947.052	344.292.089	292.186.841	-15,13%
TOTAL	968.920.061,00	1.104.822.024,00	1.100.818.100,00	-0,36%



QUADRO V

ESTRUTURA ORÇAMENTAL DAS DESPESAS

(Euros)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORAA* 2002 (2)	ORAA* 2003 (2)	ORAA 2004 (3)	% (3/2)
	DESPESAS CORRENTES	496.498.566	526.214.599	528.045.751	0,35%
01 00 00	Despesas com pessoal	250.247.436	262.160.326	263.259.874	0,42%
02 00 00	Aquisição bens e serv. correntes	14.989.964	15.599.830	15.428.523	-1,10%
03 00 00	Encargos correntes da dívida	13.467.543	13.000.000	9.000.000	-30,77%
04 00 00	Transferências correntes	198.269.239	214.895.993	218.815.695	1,82%
05 00 00	Subsídios				
06 00 00	Outras despesas correntes	19.524.384	20.558.450	21.541.659	4,78%
	DESPESAS DE CAPITAL	5.317.560	5.014.543	1.833.158	-63,44%
07 00 00	Aquisição de bens de capital	1.625.717	1.866.499	1.470.482	-21,22%
08 00 00	Transferências de capital	3.120.719	2.880.544	45.176	-98,43%
09 00 00	Activos financeiros				
10 00 00	Passivos financeiros				
11 00 00	Outras despesas de capital	571.124	267.500	317.500	18,69%
	DESPESAS DO PLANO	250.156.883	229.300.793	278.752.350	21,57%
	SUB-TOTAL	751.973.009	760.529.935	808.631.259	6,32%
	CONTAS DE ORDEM	216.947.052	344.292.089	292.186.841	-15,13%
	T O T A L	968.920.061	1.104.822.024	1.100.818.100	-0,36%

*Valores revistos